

PARÁ Industrial

REVISTA BIMESTRAL DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) ANO 1 • Nº 2 • MARÇO/ABRIL 2008

A FORÇA DO INTERIOR

A região do sudeste paraense, onde estão concentrados os grandes investimentos em mineração, já responde por um terço da economia paraense. O PIB de Canaã dos Carajás foi o segundo que mais cresceu no país. E a região oeste vive um novo momento econômico, com quase R\$ 1 bilhão investidos nos últimos dois anos.



ENTREVISTA: ARMANDO MONTEIRO NETO

Para o presidente da CNI, o Pará tem um lugar de destaque na economia do país



FIEPA

www.fiepa.org.br

A GENTE PEGA PESADO PRA GARANTIR O CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS E DOS EMPREGOS NO PARÁ.



A Fiepa está na luta pelo crescimento e modernização da indústria paraense desde 1949. E de lá para cá, nunca deu descanso para ninguém nessa batalha permanente. Na arena política e na frente tecnológica. Mobilizou empresários e trabalhadores, comandou movimentos, levantou a voz. Foi um dos criadores do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o PDF, que coordena desde 2004. E vai continuar encarando desafios, problemas e até inimigos para defender os interesses do Pará.



José Conrado Santos

Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



É HORA DE BUSCAR ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS PARA O PARÁ

Estamos vivenciando atualmente um tempo de grandes oportunidades, no contexto de uma era diferenciada na história, pelo processo de reposicionamento econômico em direção aos países emergentes, particularmente o Brasil, Índia, China e Rússia. Isto vem estimulando um alto dinamismo econômico nesses países. Aqui no Pará, isto pode melhor ser traduzido, pelo montante de investimentos, nos empreendimentos em curso, da ordem de R\$ 40 bilhões, que é da mesma ordem de grandeza do PIB estadual. Isto propicia uma clara noção do impacto para o desenvolvimento do Estado e para o setor industrial, em particular, das oportunidades que são potencializadas atualmente.

Por outro lado, vivemos também uma inquietante expectativa de frustração de garantir o aproveitamento das atuais oportunidades, diante de uma perspectiva desfavorável com relação à oferta de energia. Não é por outro motivo que as empresas responsáveis por grande parte dos investimentos no Pará vêm sistematicamente alertando para busca de alternativas de oferta de energia, como a termelétrica de 600 MW à base de carvão mineral de Barcarena, para atender parcela das necessidades de expansão da Vale, que está em processo de licenciamento ambiental há cerca de um ano.

A inquietação decorre da observação do ritmo, abaixo do necessário, com que os empreendimentos de oferta de energia são colocados em marcha. Pelos dados disponíveis na Agência Nacional de Energia Elétrica, do total da capacidade de geração de energia autorizada, somente 30% não apresenta impedimentos para entrada em operação, e o mais alarmante: mais de 50% está sem previsão para início de operação, justificando, portanto, as preocupações externadas.

A causa recorrente disto são as exigências sócio-ambientais, que na maioria das vezes decorrem da ausência de um melhor aparelhamento dos orga-

nismos públicos, diante do nível de complexidade institucional alcançado pela sociedade democrática brasileira, dando margem a excessos, que precisam e devem ser depurados, a fim de não impor barreiras ao desenvolvimento do Brasil.

Diante deste quadro, todas alternativas de expansão da oferta de energia precisam ser viabilizadas para não limitar a capacidade de crescimento do país, e em especial do Pará. Os estudos recentes do Governo Federal indicam a necessidade de disponibilizar a cada 15 meses, nos próximos cinco anos, capacidade de geração, equivalente à uma usina de Tucuruí, a maior hidrelétrica brasileira, para manter o atual crescimento do Brasil. Este é sem dúvida um enorme desafio, que para sua superação é imprescindível a mobilização de todos os segmentos da sociedade, em especial do poder público, para transpor as barreiras existentes.

É hora de agir na busca de novas fontes de energia para evitar que a indústria paraense seja privada de aproveitar as oportunidades do momento que vivemos

O cenário para o Pará é ainda mais inquietante, pois para cada R\$ 1,00 de PIB é necessário o dobro de energia elétrica quando comparado com a média do Brasil, o que evidencia que a dinâmica econômica do Pará é mais dependente de energia. Isto impacta de forma acentuada no setor industrial paraense, que responde por mais de 70% do consumo de energia elétrica do Estado. Então, é hora de agir na busca de novas fontes de energia e mobilizar a sociedade, para evitar que a indústria paraense seja privada de poder aproveitar as oportunidades decorrentes do momento especial que vivemos e de continuar contribuindo com o desenvolvimento do Pará, por restrições de oferta de energia, justamente no Estado com o maior potencial hidrelétrico não aproveitado do Brasil. ■



Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA
Quadrênio 2006/ 2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa 1º VICE-PRESIDENTE
Gualter Parente Leitão 2º VICE-PRESIDENTE
Manoel Pereira dos Santos Jr.
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Antônio Georges Farah
Ronaldo Maiorana
Roberto Kataoka Oyama
Juarez de Paula Simões
Fernando Antônio Ferreira
Nilson Monteiro de Azevedo
Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos Diretor Secretário da FIEPA
Antônio Djalma Vasconcelos 2º DIRETOR SECRETÁRIO
Ivanildo Pereira de Pontes 1º DIRETOR TESOUREIRO
Roberto Rodrigues Lima 2º DIRETOR TESOUREIRO
Carlos Jorge da Silva Lima
José Maria da Costa Mendonça
Marcos Marcelino de Oliveira
Fábio Ribeiro Vasconcelos
Jefferson Rodrigues Brasil
Antônio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Paulo Afonso Costa
Jadir Seramucin
Antônio Emil Macedo
Eugênio Carlos Lopes Victoroso
Hélio de Moura Melo Filho
Ana Clara Rodrigues Boralli
Sonia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu de Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza
João Batista Corrêa Filho
Denise de Lima Farah

CHEFIA DE GABINETE

Fábio Contente

PARÁ Industrial

Revista bimestral do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

PRODUÇÃO



Av. Conselheiro Furtado, n 2865
Edifício Síntese 21 - Salas 1201, 1203 e 1205
Bairro São Brás | Cep: 66040-100
www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro

Editor: Raimundo Pinto

Editoras assistentes: Solange Campos e Adriana Monteiro

Projeto gráfico e diagramação: Calazans Souza

Tratamento de imagem: Antônio Machado

Reportagens: Raimundo Pinto, Aletheia Vieira, Daniel Nardin,

Alessandra Barreto, Lidiane Sousa, Fabrício Gesta e Paulo Leandro Leal

Fotos: Marcelo Lelis, Carlos Silva, Crisomar Lobato,

Amintas Brandão Jr. e Salviano Machado

Capa: Salviano Machado e Marcelo Lelis

Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE:

Temple Comunicação

Walkiria Medeiros – walkiria@temple.com.br

(91) 3205 6516 / 3205 6500

Impressão: Gráfica Sagrada Família

Tiragem: 5.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiúva, no 1588. Cep: 66035-190.
(91) 4009 4900/ (91) 3224 1995

e-mail: ascom@fiepa.org.br ou paraindustrial@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiepa.

MIGUEL ÂNGELO



O Pará é um estado condenado a ter uma posição muito importante na economia brasileira”

ENTREVISTA:

Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, pág 8.

- 3 • **EDITORIAL** | José Conrado Santos, Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará).
- 12 • **EXPORTAÇÃO** | Mineração lidera a pauta de exportação e gera empregos no Estado.
- 16 • **TRABALHO** | O estágio pode representar a sua estréia profissional.
- 20 • **EVENTO** | O IBRAM vai realizar em Belém a EXPOSIBRAM 2008, entre os dias 10 e 13 de novembro.

SALVIANO MACHADO



A FORÇA DA ECONOMIA DO INTERIOR É CADA VEZ MAIOR NO PARÁ

A região do sudeste paraense já responde por um terço da economia do Estado. E o oeste vive novo momento. Pág 22.

- 28 • **REFLORESTAMENTO** | Empresas apostam no reflorestamento para recuperação de áreas degradadas.
- 32 • **RESPONSABILIDADE SOCIAL** | Programa da Albras em Barcarena procura a melhoria da qualidade de vida.
- 36 • **ENSINO** | A escola do SESE Castanhal vem se destacando em provas nacionais
- 40 • **MERCADO** | As mulheres superam limites e conquistam espaço no mercado de trabalho.
- 44 • **FOTOGRAFIA** | Fotógrafo paraense reúne material de 20 anos de trabalho sobre produção industrial.

leia mais...



RADAR DA INDÚSTRIA | 4

Apenas pode crescer quem conhece e respeita seu passado. PARÁ INDUSTRIAL abre espaço para a Memória da Indústria.

VIDA CORPORATIVA | 19

O perfil perfeito

INDÚSTRIA EM FOCO | 47

Usipar é retratada por Marcelo Lelis

COLABORADORES

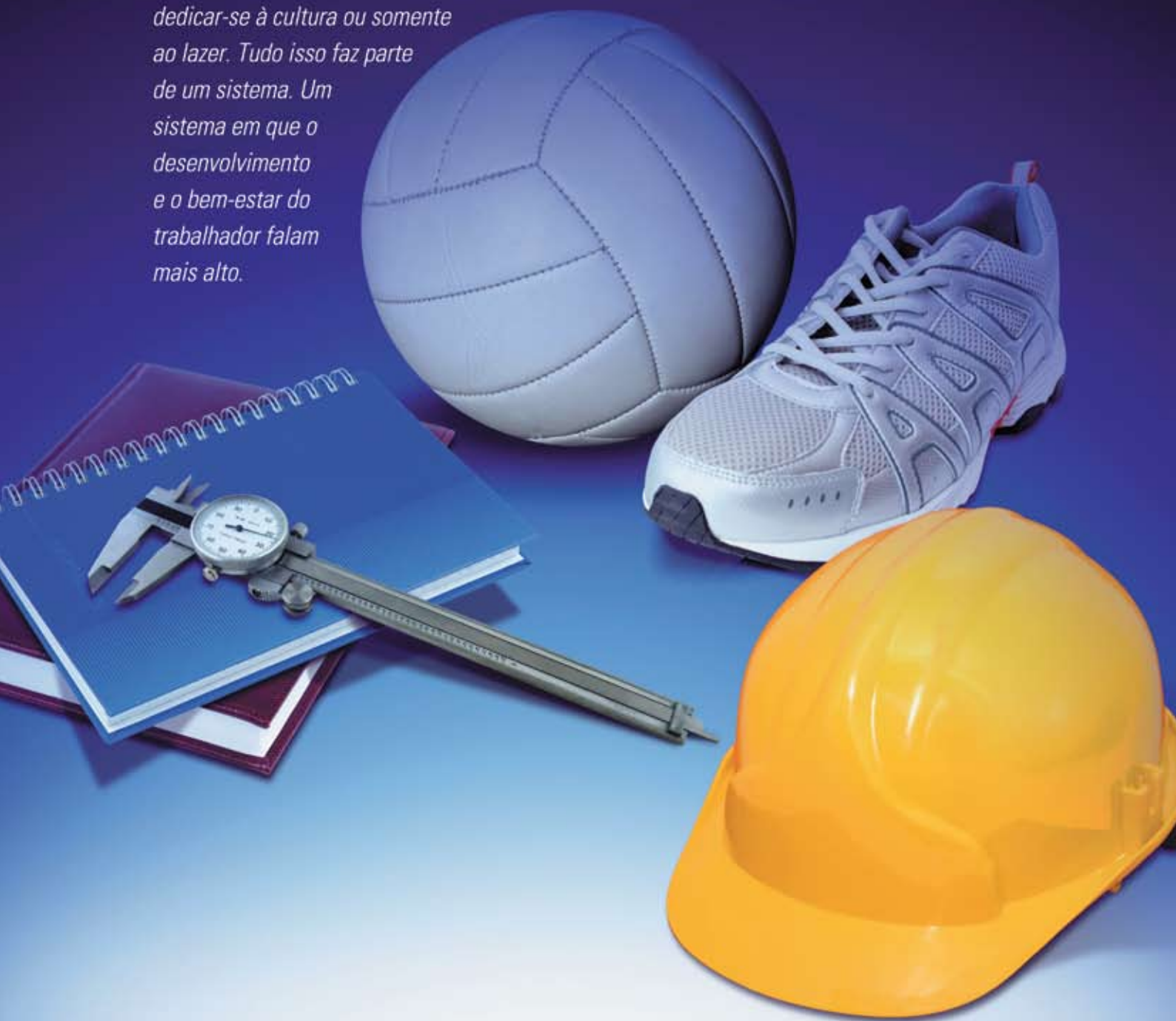
EDUARDO KLAUTAU | Advogado, assessor jurídico da FIEPA

FERNANDO FERREIRA | Presidente da Ecomar e do Conepe

VALMIR ORTEGA | Geógrafo, secretário de Meio Ambiente do Pará

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, FICAMOS COM AS DUAS.

O Sesi e o Senai são braços do Sistema Fiepa. Na verdade são braços, pernas e cabeças. O Sesi se destina a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores na indústria, com saúde, esporte, lazer e cultura. O Senai é, há décadas, uma das melhores escolas profissionalizantes do Pará, onde os jovens se preparam para o trabalho e a vida. Para nós, não existe dilema entre estudar ou trabalhar, trabalhar ou praticar esportes, dedicar-se à cultura ou somente ao lazer. Tudo isso faz parte de um sistema. Um sistema em que o desenvolvimento e o bem-estar do trabalhador falam mais alto.



ENCONTRO

José Conrado Santos, presidente da Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), já definiu a data do II Encontro Estadual da Indústria. Será no período de 9 a 11 de maio, em Salinas. A expectativa da coordenação do evento é reunir representantes de mais de 30 sindicatos de classe filiados à Federação. No encontro serão debatidas as alternativas para garantir a competitividade e sustentabilidade das indústrias paraenses. As sugestões serão apresentadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante o Encontro Nacional da Indústria, em Brasília.

USIPAR VOLTA A OPERAR COM MINÉRIO DE FERRO DA VALE

A Usina Siderúrgica do Pará já está recebendo minério de ferro para produção de ferro-gusa fornecido pela Vale. A mineradora voltou a fornecer a matéria-prima porque aceitou as justificativas da empresa sobre a legalidade do funcionamento da usina, localizada em Barcarena. “A Vale entendeu que não existem comprovações sobre qualquer dano ambiental”, explicou Eduardo Carvalho, presidente executivo do Grupo COSIPAR. Mesmo sem o minério de ferro da Vale, a Usina Siderúrgica do Pará estava produzindo normalmente. A empresa gera cerca de 900 empregos ligados à produção de 500.000 toneladas de ferro-gusa e à expansão do projeto. Em 2012, a Usipar vai produzir 2 milhões de toneladas de aço e 3 milhões de toneladas de ferro-gusa a coque em Barcarena. Uma iniciativa inédita de verticalização das riquezas minerais do Pará.



TREINAMENTO

A Alunorte inaugurou, este ano, mais um moderno espaço dentro da empresa. É o Centro de Divulgação e Treinamento da Fábrica (CDT), que tem 1.750 metros quadrados de área construída, com auditório, sala de reunião, salão de eventos, biblioteca informatizada e cinco salas de treinamento. Além dos empregados, os visitantes da empresa, que é líder mundial em produção de alumina, passam a ser recepcionados a partir de agora no CDT. O novo espaço foi inaugurado já com a abertura de seis turmas de treinamento em Segurança na Operação de Carro Elétrico, Segurança em Espaço Confinado e Segurança na Operação de Empilhadeira.



SUSTENTABILIDADE

Acaba de ser criado em Juruti um conselho pela sustentabilidade do município. Terá caráter consultivo e vai acompanhar as atividades realizadas tanto pelo poder público como por empresas privadas na região, entre elas a Alcoa, que instala ali uma mina de bauxita. O Conselho é formado por três representantes de empresas, três do setor público e nove de movimentos sociais. O conselho é mais um espaço de diálogo entre as partes interessadas no desenvolvimento sustentável da região, e leva em conta as necessidades do próprio município.

VERTICALIZAÇÃO

Um pleito que vem sendo defendido pela Fiepa há vários anos – a verticalização da produção mineral do Pará – acaba de ganhar um importante capítulo, com o anúncio de que a nova siderúrgica que a Vale vai construir no Brasil ficará em território paraense. Trata-se de um investimento de cerca de R\$ 6 bilhões para a produção de três milhões de toneladas anuais de aço. O local mais provável é o município de Marabá, no sudeste paraense, embora estejam sendo estudadas também as alternativas de Barcarena e do futuro porto do Espadarte. A decisão foi confirmada no início de março, durante um encontro em Brasília entre o presidente Lula, a governadora Ana Júlia Carepa e o presidente da Vale, Roger Agnelli. O empreendimento deverá contar com a parceria da siderúrgica indiana Tata Steel e com o BNDES. A nova siderúrgica deverá começar a ser construída em 2010.

INOVAÇÃO INDUSTRIAL

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marco Antonio Zago, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, assinaram em março três protocolos de intenção para a promoção de projetos de inovação e tecnologias sociais no meio empresarial. Segundo Rezende, essa é uma das tentativas de a ciência brasileira se aproximar do setor industrial. Os protocolos foram assinados com as entidades do Sistema Indústria da CNI – Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Segundo o CNPq, o protocolo de intenções estima a realização de programas voltados para o aumento da competitividade e o desenvolvimento econômico, social e empresarial, no âmbito do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), além de projetos que estimulem as atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação de recursos humanos para empresas de pequeno e médio porte.

MEMÓRIA DA INDÚSTRIA



Apenas pode crescer quem conhece e respeita seu passado. Pensando nisso, a Pará Industrial terá agora o espaço Memória da Indústria, com registro de pessoas e lugares que fizeram e fazem a indústria paraense. Inaugurando a seção, a foto ao lado registra um encontro que ocorreu há 14 anos, na sede da Fiepa: Lula, então candidato à presidência, o senador Flexa Ribeiro, na época presidente da FIEPA, Eduardo Grande, assessor jurídico da Federação (*in memoriam*) e Carlos Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (Faepa). Se você tem fotos antigas de indústrias ou de momentos importantes do setor, mande para o e-mail paraindustrial@fiepa.org.br. Ou entre em contato com a ASCOM/FIEPA.

QUALIFICAÇÃO

Em Breu Branco, a educação para a qualificação profissional acaba de ganhar mais uma aliada. A Escola Técnica Soter, que possui unidades em outros municípios, como Paragominas e Marabá, já está em funcionamento na cidade. A unidade de ensino é uma conquista da Associação Comercial e Industrial de Breu Branco (ACIBB), em parceria com a produtora de silício metálico Globe Metais e a prefeitura. A escola irá formar técnicos em diversas áreas, como mineração e metalurgia, a fim de suprir a carência de mão-de-obra local. Segundo estimativas da ACIBB, há uma defasagem de 20 mil profissionais de nível técnico e outros 600 de nível executivo no Pará.

■ ENTREVISTA

Armando Monteiro Neto Presidente da CNI

Um lugar de destaque na economia do país



MIGUEL ÂNGELO

O Pará é um Estado condenado a ter uma posição muito importante na economia brasileira. A opinião é do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto. Nesta entrevista à PARÁ INDUSTRIAL, ele faz um balanço da indústria em 2007 e analisa as perspectivas para 2008. Ele elogia o modelo de gestão do Sistema FIEPA, que considera moderno e sintonizado com as exigências do sistema, e acredita ser perfeitamente possível conciliar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com o desenvolvimento industrial

PARÁ INDUSTRIAL – O Pará tem sua base econômica baseada principalmente na mineração. Qual o futuro que o sr. vê para o Estado?

ARMANDO MONTEIRO NETO – O Pará, com essa base de recursos naturais fantástica, é um Estado condenado a ter uma posição muito importante na economia brasileira. No entanto, é preciso um processo de ampla mobilização de suas lideranças empresariais e políticas, para que esse modelo de desenvolvimento integre não só as regiões do Estado, mas também que seja sustentável ao longo do tempo.

É necessário, por exemplo, criar novas cadeias produtivas, aproveitar essa base de recursos naturais para agregar valor a ela. Por exemplo: um Estado com os recursos naturais como o Pará, não pode deixar de ter um grande complexo minero-metalúrgico ou siderúrgico, para agregar internamente valor à produção. E a partir daí desencadear indústrias de segunda e terceira gerações, consolidando o Pará como novo pólo de desenvolvimento industrial no Brasil.

PARÁ INDUSTRIAL - Qual a avaliação que o sr. faz do desempenho da indústria em 2007?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Tivemos um ano extremamente positivo para o setor industrial. Todas as avaliações indicaram que tivemos um crescimento em quase todos os setores da atividade industrial, que foram fortemente influenciados pelo mercado interno, que demonstrou muito vigor no ano passado. Isso tudo em decorrência de dois fatores: o aumento da renda e da massa salarial e a expansão do crédito no Brasil, que se deu a níveis muito

significativos. Tudo terminou resultando num crescimento muito expressivo da indústria brasileira, que alcançou 6% em 2007.

É um resultado excepcional. Há setores que cresceram quase 20%, como o de bens de capital, que teve um desempenho extraordinário. O setor automotivo teve um desempenho fantástico, pois o Brasil já produz quase três milhões de veículos. Cresceu também a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação e a construção civil, que também retoma com muita força, em razão da expansão do crédito imobiliário.

PARÁ INDUSTRIAL – Diante de alguns fatores ocorridos neste início do ano, como a crise internacional provocada pelo estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, quais são as perspectivas que o sr. vê para 2008. O sr. acha que vai haver o mesmo nível de crescimento?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Nós temos muita confiança de que esse impulso dinâmico que se transmitiu a 2008, quer dizer, a indústria vem num ritmo muito forte no final de 2007, o que por si só garantirá um desempenho positivo em 2008. No entanto, por uma posição de cautela, nós achamos que essa crise norte-americana poderá ter, dependendo da sua intensidade, alguns desdobramentos que só irão se refletir no segundo semestre no Brasil. Então, estamos prevendo um crescimento da indústria em torno de 4,5% a 5%, o que ainda será um desempenho muito positivo.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais os setores que podem ser mais afetados?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Um deles é o setor exportador, pois o peso dos Estados Unidos no mercado internacional é muito grande, seja pelas compras que ele realiza diretamente do Brasil, seja pelo fato de que é mercado de terceiros países, com os quais o Brasil se relaciona, como a China. Então, é possível que alguns setores exportadores e os mais ligados às commodities possam ter algum reflexo. Mas de uma maneira geral o crescimento da indústria está se apoiando muito no mercado interno. E esse é um dado muito importante, que nos dá uma certa tranquilidade em relação ao desempenho em 2008.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais são os entraves que ainda persistem? O sr. acha que o fim da CPMF ajudou o setor? O que ainda precisa ser feito em termos de reforma tributária?

ARMANDO MONTEIRO NETO – O Brasil precisa ainda criar um ambiente de negócios mais favorável. Ainda temos um ambiente que não é muito estimulador dos investimentos. O Brasil tributa os investimentos, temos o pro-▶

blema da burocracia, uma carga tributária asfixiante e que se coloca acima dos padrões dos países de renda média. No Brasil, a carga tributária é de 38% e em países como México e Argentina, é de 20% a 22%.

Então, o Brasil ainda tem problemas que precisam ser enfrentados. E esse enfrentamento exige um compromisso muito firme de realizar essas reformas estruturais que há muito tempo o país reclama. É a reforma tributária, uma modernização da legislação trabalhista, uma nova geração de reforma na previdência, sem deixar de reconhecer que uma reforma política é algo importante para o país. O governo anunciou o envio do projeto de reforma tributária para o Congresso Nacional. A CNI acompanha esse assunto de perto, temos participado dessas discussões com o Ministério da Fazenda e temos confiança de que essa proposta representa um avanço em alguns pontos, sobretudo considerando a questão da simplificação, da fusão de tributos e da adoção de um grande imposto de valor agregado federal, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, que se inspira na experiência de muitos países que deram certo, como na Europa. Há uma expectativa positiva em relação a esse projeto de reforma, mas precisamos ficar atentos porque durante a tramitação da proposta no Congresso é possível ampliar o seu alcance. E para isso estaremos empenhados.

PARÁ INDUSTRIAL – O governo está anunciando uma nova política industrial para o país. Quais as informações que o sr. tem a respeito?

ARMANDO MONTEIRO NETO– O governo está há algum tempo estudando o que seriam as linhas de uma nova fase da política industrial para o Brasil. Em primeiro lugar deve-se registrar que o país precisa de política industrial. Até o ano de 2002 prevalecia no Brasil uma posição de que a política industrial era algo que não era necessário, que era apenas necessário criar um ambiente macroeconômico favorável e deixar o resto a critério dos agentes econômicos.

Felizmente, com a chegada do presidente Lula o governo entendeu que é necessário ter uma política industrial no Brasil. Nenhum país prescinde de uma certa aliança entre o setor público e o setor privado, sobretudo para realizar alguns projetos estratégicos. E o Brasil é um país que pretende ter uma inserção cada vez maior na economia internacional e que tem uma base industrial bastante diversificada. Portanto, para preservar essa base industrial, o Brasil precisa ter uma política clara.



Fiquei vivamente impressionado, não só com toda a visão de planejamento do sistema fiepa que me foi apresentado, como também pude perceber o modelo de gestão que foi adotado, que é moderno e que está sintonizado com as exigências do sistema."

Na primeira fase dessa política, o governo elegeu alguns setores considerados estratégicos – bens de capital, fármacos, essa linha de semicondutores. Ao que parece, a política industrial entra agora numa nova fase. O governo se preocupa mais com medidas horizontais que possam estimular os investimentos em todos os setores da indústria brasileira.

Então, a CNI tem dado uma contribuição importante a esse debate. É bom registrar também que nós temos uma grande preocupação, de que a política industrial contemple a questão do desenvolvimento regional. Não é admissível que se anuncie uma política industrial no Brasil que não considere a questão da diversidade regional, das voçações regionais e que não tenha claramente um compromisso com essa questão do desenvolvimento regional.

PARÁ INDUSTRIAL – A questão da responsabilidade social e ambiental está presente hoje em todos os setores.

Como o setor industrial tem se comportado nessa área?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Eu sinto que há cada vez mais uma consciência no setor industrial de que precisamos ter um padrão de desenvolvimento que seja sustentável e, portanto, que tenha um compromisso com essa questão de um modelo socioambiental sustentável. Essa percepção vem se ampliando no setor empresarial e algumas empresas têm dado passo significativo nessa direção. Evidentemente, há setores e segmentos que têm maiores dificuldades, sobretudo em relação à pequena e



média empresa, em realizar investimentos que permitam, por exemplo, que a empresa possa ter uma atuação mais compatível com essa questão.

Então, eu acho que é um processo evolutivo, que tem que ser fruto de uma conscientização ampla e de uma legislação que seja efetivamente adequada. E eu verifico que o setor empresarial tem essa consciência cada vez mais presente e o Brasil vai avançar.

PARÁ INDUSTRIAL – O sr. acha que é possível conciliar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com desenvolvimento industrial?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Acho perfeitamente possível conciliar essas duas vertentes. Temos na Amazônia uma biodiversidade fantástica e, a partir dela, a indústria pode ter, nessa extraordinária base de recursos naturais, uma plataforma para o desenvolvimento de uma série de novos setores na indústria brasileira, sobretudo em áreas como bioenergia, a indústria farmacêutica. Em suma, é perfeitamente possível criar um modelo de desenvolvimento industrial que se harmonize com as características

da região amazônica.

PARÁ INDUSTRIAL – Uma das principais preocupações hoje do setor industrial, na Amazônia como em todo o país, é com a garantia no fornecimento de energia elétrica. Como o sr. vê essa questão? O sr. acha que isso pode causar entraves à indústria?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Essa talvez seja a maior preocupação enfrentada pelo setor industrial, considerando uma visão de curto e médio prazo. O Brasil tem uma fantástica matriz energética, porque é um dos raros países do mundo que tem fontes de energia saudáveis. Enquanto outros países têm predominância de fontes não renováveis, o Brasil tem a predominância de energias renováveis, como a hidroeletricidade, que responde por uma parte muito importante de nossa matriz energética. Além disso, o país tem reservas, que estão se ampliando, de petróleo e toda a questão do biocombustível.

Mas no curto prazo nós temos problemas sérios relacionados com a oferta de energia, não só porque alguns investimentos importantes foram postergados, mas também por conta desse suprimento no fornecimento de gás no Brasil. Então, no curto e médio prazo é preciso estar muito atento, monitorar esse processo, para que nós não tenhamos um freio no processo de crescimento, resultante de um novo racionamento. Temos uma margem estreita para operar.

PARÁ INDUSTRIAL – O sr. esteve no Pará há poucos meses, conhecendo o trabalho realizado no Sistema Fiepa. Qual a avaliação que o sr. tem a respeito?

ARMANDO MONTEIRO NETO – Eu pude perceber que ali se realiza um trabalho muito positivo, sob a liderança de nosso companheiro José Conrado. E fiquei vivamente impressionado, não só com toda a visão de planejamento do sistema que me foi apresentado, com as suas prioridades, como também pude perceber o modelo de gestão que foi adotado, que é moderno e que esta sintonizado com as exigências do sistema. Tudo isso alicerçado numa postura muito austera e de uso muito criterioso dos recursos do sistema, comprometido com a eficiência. Eu colhi a melhor impressão e, por conta disso, o sistema nacional vai ser parceiro muito firme dos projetos no Pará. Essa parceria já está se realizando em vários projetos e nós esperamos ampliá-la, sobretudo levando em conta as demandas de um estado como o Pará, que tem grande dinamismo e grandes potencialidades. x



FOTOMONTAGEM SOBRE FOTOS DE MARCELO LEIS

MINERAÇÃO LIDERA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E GERA EMPREGOS NO ESTADO. PRODUTOS DE ORIGEM DA FLORESTA TAMBÉM GANHAM DESTAQUE NOS NÚMEROS QUE COLOCARAM O PARÁ COMO SEGUNDO ESTADO COM MELHOR SALDO NA BALANÇA COMERCIAL EM 2007.



Dona Maria de Nazaré, mãe de oito filhos, 48 anos e moradora “desde sempre” da comunidade quilombola Jauari, no Oeste do Pará. Ela e outras dezenas de famílias vivem da colheita da castanha-do-pará, gerando renda numa região de mata densa, sem destruição da floresta amazônica. A comunidade de Dona Nazaré é apenas um exemplo de grupos de castanheiros que ajudaram o Pará a reassumir uma posição de destaque no mercado internacional dos produtores de castanha-do-pará.

O segmento cresceu 50% em 2007, apesar da queda do valor no mercado internacional, que chegou a fazer o preço do produto cair 19%. Ainda assim, com uma boa safra, a produção paraense subiu mais de 85%, tendo o melhor desempenho nesse item da balança comercial, ficando atrás apenas da exportação de boi vivo.

O Pará passou de 2.619 toneladas em 2006 para 4,8 mil toneladas em 2007. Entre as toneladas de castanha exportada, estavam as que foram colhidas por dona Maria de Nazaré. “A gente acorda cedo e vai para a mata. Tem período certo, sempre no começo do ano. Uma parte dos moradores colhe acima das cachoeiras e outra abaixo. Assim,

a gente teve uma produção boa ano passado. Estamos torcendo para que isso seja mantido este ano”, afirma a quilombola. Como não se trata de plantação, a preocupação de Nazaré é justificável. A comunidade vende as castanhas para a empresa de Casemiro de Florenzano, localizada em Oriximiná, no extremo Oeste do Estado, município mais próximo da comunidade Jauari, apesar de ainda ser distante cerca de sete horas de barco. Lá, a Exportadora Florenzano Limitada gera mais de 250 empregos, para então exportar para Austrália e Itália.

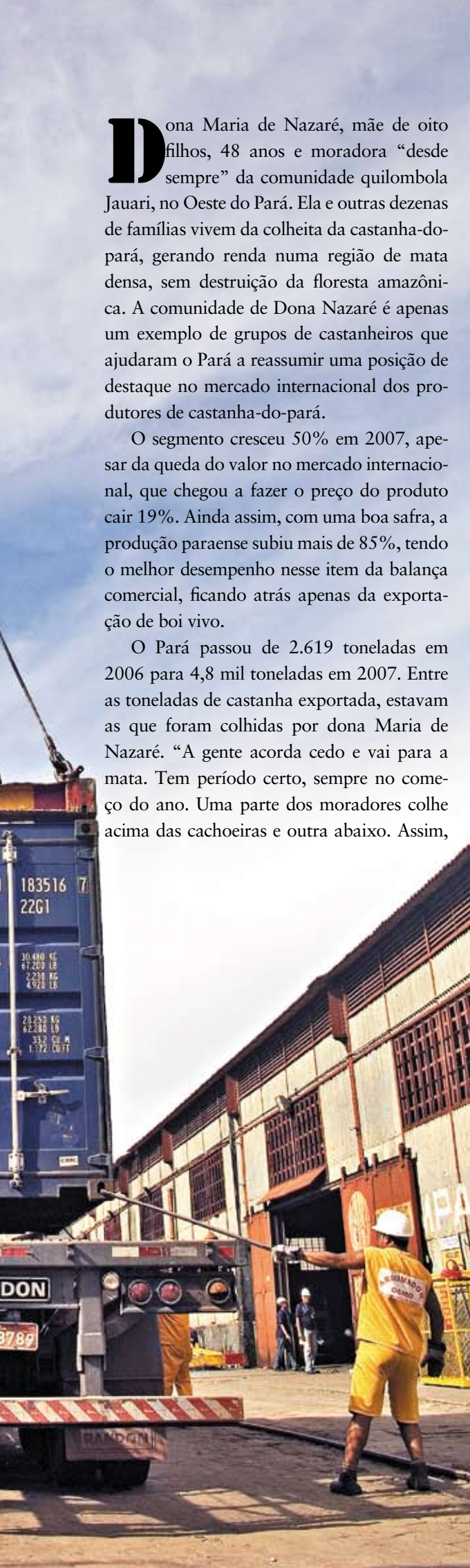
“Nosso principal mercado era a Europa, que diminuiu brusca-mente a compra de castanha-do-pará e passou a importar da Bolívia. O governo de lá incentivou plantações de castanheiras e teve uma atuação forte para divulgar o produto, o que diminuiu nossa fatia no mercado. Chegou a se falar que nossa castanha teria um fungo, mas isso é típico da castanha da floresta. Hoje temos a boa perspectiva da China, que supriu essa necessidade e as empresas paraenses continuaram exportando bastante”, explica Casemiro de Florenzano, proprietário da empresa com mais de 20 anos de mercado.

“A gente sente que é preciso uma maior atenção do governo em incentivar nossa produção. Há duas décadas o valor exportado beirava a casa dos 30 milhões de dólares e hoje chegamos, suando, nos 13 milhões. Houve uma queda forte nesse período, mas de uns dois anos para cá passamos a recuperar. É importante ter maior atenção para esse segmento, pois é uma atividade que gera emprego e renda para comunidades e cooperativas de gente que mora na mata e preserva a floresta, de onde é retirada a castanha, sem prejudicar o meio ambiente”, argumenta Florenzano.

Boa parte para o crescimento da exportação de castanha tem como responsável a empresa Benedito Mutran e Cia. Ltda. Instalada no bairro do Guamá, em Belém, gera mais de 800 empregos diretos anualmente, sendo que 80% da força de trabalho é feminina. “Temos mulheres dos 18 até aos 70 anos aqui. Damos emprego para gente que certamente teria pouca ou quase nenhuma chance no mercado de trabalho e são fundamentais no nosso ramo”, explica Benedito Mutran Neto, diretor da empresa.

O empresário conta que a indústria de castanha paraense manteve bons números em 2007 principalmente por conta das exportações para a Ásia, que começam a minimizar os efeitos negativos pela perda do mercado europeu ao longo dos últimos cinco anos. “Infelizmente, pelo atual panorama, não temos uma boa perspectiva para 2008 se essa taxa de câmbio irreal, com dólar com um valor muito baixo, seja mantida”, alerta Mutran. Em 2007, a empresa chegou a exportar mais de US\$10 milhões para mercados como países asiáticos, Estados Unidos e Oceania, principalmente a Austrália.

As castanhas aumentaram os números, mas não foram determinantes para o novo recorde nas exportações registradas em 2007. O setor mineral, que corresponde a 83% do total da pauta de exportações, foi o grande vetor na corrida que colocou o Pará na segunda colocação no ranking dos Estados com melhor saldo na balança comercial: 7,2 bilhões de dólares. ▶



NOVO RECORDE NAS EXPORTAÇÕES

Para 2008, o Pará tem pela frente um ano com expectativa de superar a barreira dos US\$ 8 bilhões em exportações, 60% a mais do que há três anos. Em 2005, as vendas para o comércio exterior chegaram a US\$ 4,8 bilhões e deu um salto em 2006, superando pela primeira vez a barreira dos seis bilhões de dólares.

Os resultados de 2007 ainda colocaram o Pará na sexta posição entre os maiores exportadores do Brasil. “Os números são bons, mas podem ser melhores. Se diversificarmos a produção ainda mais e agregarmos valor, nossa exportação pode ter novo incremento e dar um salto de qualidade”, afirma o presidente da FIEPA, José Conrado Santos. “Estamos em uma boa fase, sobretudo na área de mineração, que é uma vocação natural do Pará. Mas, sentimos que isso pode ser ainda maior”, revela Conrado.

“Há mais de duas décadas viemos batendo na tecla de que as exportações não podem ficar apenas nos minérios, exportando produtos minerais. Isso tem que ser beneficiado aqui, com verticalização da produção. O setor mineral cresceu? Sim, cresceu. Os empregos no setor cresceram? Sim. Mas esse crescimento pode ser infinitamente maior. Tem que ter vontade política e visão disso”, alerta Roberto Sena, coordenador do Dieese-Pará (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos).

Que tudo pode melhorar, não há dúvida. Por enquanto, o setor produtivo comemora os resultados, que trazem novos ares de otimismo para as indústrias do Pará. Não só os empresários, mas principalmente os trabalhadores. “De que adiantariam os números se a população não estivesse sendo beneficiada? Nosso setor utiliza elementos da natureza, tem preocupação ambiental e gera renda em diversas regiões do Estado, sobretudo nas comunidades ribeirinhas do interior do Pará”, afirma Sonia Kerber, presidente do Sindipalm (Sindicato da Indústria de Palmito do Estado do Pará).

O segmento obteve um dos melhores desempenhos entre os produtos tradicionais da pauta de exportação. A variação positiva foi de 43% e a alta não foi em valores e sim em produção. O preço do palmito no mercado internacional teve queda de 2,3%. Foi um dos quatro únicos itens da pauta que apresentaram perda de valor no mercado (castanha 19%; camarões 6,1%; sucos de frutas 0,8%).

Apesar da queda, a exportação em toneladas de palmito passou de 1,6 mil para 2,4 mil, representando um



crescimento de produção de 46,7%. “Nós recuperamos uma posição que era nossa, pois ninguém no mundo produzia tanto palmito como nós. Em 2006 tivemos uma queda (de 17,6% em toneladas) e agora conseguimos nos recuperar”, comemora Sonia.

Na área das indústrias extrativas minerais, principais responsáveis pelo bom desempenho das exportações paraenses, o saldo na geração de empregos foi de 16%. Nos 11 primeiros meses de 2007, o Dieese registrou 2.477 novas vagas, contra 1.339 desligamentos, gerando um saldo de 1.138 postos, o maior índice da região Norte. Gente que comemora o crescimento e conseguiu um bom emprego nas indústrias mineradoras do Estado. É o caso de Fabíola Magalhães de Almeida, 25 anos. A geóloga, formada pela UFPA (Universidade Federal do Pará) investiu na carreira e realizou um mestrado em geofísica pela mesma academia. Pouco depois, conseguiu o primeiro emprego em Belo Horizonte, em Minas Gerais. “Estava muito bem trabalhando lá, mas houve a oportunidade de



US\$ 8 BILHÕES

PARA 2008, O PARÁ TEM A EXPECTATIVA DE SUPERAR ESSA MARCA RECORDE EM SUAS EXPORTAÇÕES

trabalhar na Imerys e eu decidi voltar. Era o que queria: voltar ao meu Estado e ficar perto de meus pais”, conta Fabíola.

Ela começou a trabalhar em janeiro como geóloga de planejamento de lavra, em Ipixuna do Pará, na mina da qual o minério é retirado o caulim e levado através de um mineroduto até Barcarena, onde é beneficiado. “Vou trabalhar em regime de dez dias na mina e quatro em Belém. É uma oportunidade extremamente positiva, pois vai garantir uma experiência profissional única de trabalhar com a otimização e aproveitamento da mina. E isso tudo perto de casa, o que é melhor para mim também”, afirma a recém-contratada.

Trabalho não vai faltar para a equipe da Imerys em 2008. Até o ano passado, a empresa exportou cerca de 1,1 milhão de tonelada de caulim para diversos países do mundo. Para 2008, a empresa pretende expandir e consolidar a já conquistada posição de líder mundial em produção de pigmentos brancos para papel e superar 1,6 milhão de tonelada do produto apenas no Pará.

Para o presidente da FIEPA, a geração de emprego crescendo ao lado das exportações é um excelente indicativo. “Sabemos que as exportações vão bem e são importantes na geração de emprego. Nosso trabalho é também viabilizar maior incentivo para a importação, sem ônus para as empresas paraenses. Isso vai derrubar o preço do frete e dar um gás novo para as exportações, gerando uma balança comercial mais equilibrada e que vai beneficiar o Pará, com mais empregos, maior dinamização da economia e mais divisas em impostos para o próprio Estado”, completa Conrado. ■



• *Com uma boa safra, a produção paraense de castanha-do-pará em 2007 subiu mais de 85%, tendo o melhor desempenho nesse item na balança comercial do Estado, ficando atrás apenas da exportação de bovinos vivos.*

ESTÁGIO

um passo importante para o mercado de trabalho

Mas como exigir a prática de certas atividades, se a maioria não teve a oportunidade de exercitar o que aprendeu em sala de aula? O estágio, nesse sentido, pode representar a sua estréia profissional, funcionando como um ensaio geral para a futura atuação no mercado de trabalho. Através dele, o estudante tem a oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico e desenvolver suas potencialidades.

No Pará, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) desenvolve há quase quatro décadas, o Programa de Estágio Supervisionado, que tem como objetivo ajudar jovens do ensino médio, técnico e superior a ter o primeiro contato com o mercado de trabalho. O programa é uma ferramenta eficaz na identificação e encaminhamento de talentos para as empresas do Estado, além de ser uma atividade que integra e produz resultados expressivos para todos os envolvidos: estudantes, universidades, escolas e setor empresarial.

O estágio é um passo importante para aqueles que desejam construir a sua carreira profissional. É o período em que os alunos das instituições de ensino devem aproveitar as oportunidades e investir em seu futuro. “Entendemos que é uma das formas mais rápidas e eficientes de colocar em prática a teoria aprendida em sala de aula, além de ser a oportunidade para aprender sobre a rotina de sua futura profissão, conhecer e dar o primeiro passo para o mercado de trabalho. O nosso programa tem contribuído de maneira significativa para o acesso de estudantes à realidade profissional”, explica Carlos Auad, superintendente do IEL no Pará.

A procura por uma vaga de estágio no IEL-Pa foi grande em 2007. As atendentes chegaram a fazer o cadastro de mais de 600 estudantes em um único mês, o que mostra o grande interesse desses jovens em ter um contato mais próximo com a profissão escolhida. Além disso, o Instituto conseguiu preencher quase 500 vagas ofertadas por empresas na capital e no interior do Estado.

O Banco do Estado do Pará (Banpará), que é uma das mais de 811 empresas conveniadas ao IEL, tem histórias de sucesso para contar sobre seus estagiários. “Alguns estagiários, após o término do estágio, fizeram o concurso do banco e hoje são nossos funcionários. Outros alçaram grandes vôos e estão trabalhando em multinacionais no Canadá e no México. Certa vez, enviamos uma proposta de treinamento para uma empresa de RH e para a nossa surpresa quem apareceu aqui como representante foi uma ex-estagiária nossa. Ficamos felizes por ter, de certa forma, contribuído para o sucesso profissional de cada um deles”, conta Glicéria Melo, superintendente do setor de melhoria organizacional e desenvolvimento de pessoas do Banpará.

O banco mantém a parceria com o IEL há muitos anos, em fun-

É COMUM PARA
MUITOS JOVENS
QUANDO ESTÃO
À PROCURA DO
PRIMEIRO EMPREGO
OUVIR AQUELA
CÉLEBRE E NADA
AGRADÁVEL FRASE:
“QUAL É A SUA
EXPERIÊNCIA?”



Nós não precisamos ter uma quantidade enorme de estagiários, para alcançarmos a excelência em estágio, pois primamos pela alta qualidade. Nosso dever é oferecer ferramentas para que os futuros profissionais desenvolvam seu talento, pois esses alunos serão a futura mão-de-obra da indústria e têm que estar aptos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho”

Carlos Auad, superintendente do IEL no Pará



MARCELO LEIS

ção da grande demanda por estágios. O Instituto atua na parte da triagem dos candidatos e faz um trabalho importante de acompanhamento. Os estagiários são devidamente supervisionados através de reuniões para verificar o seu desempenho e se o trabalho está sendo executado de acordo com a lei de estágio.

Entre os ex-estagiários hoje no quadro efetivo do Banpará, está a jovem Samyla Azevedo, 23. Recém formada em Direito, passou no concurso para técnico bancário. Segundo ela, seu empenho e dedicação no período de estágio contribuiu para que fosse convidada para assumir a presidência da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do banco durante as férias da titular. “Consegui a vaga no Banpará encaminhada pelo IEL, em 2004, e antes de terminar o meu contrato fiz o concurso para técnico bancário e passei. No período de estágio consegui conquistar a confiança das pessoas que hoje trabalham comigo. O maior desafio para quem começa é se comportar como profissional, mesmo sendo estagiária”, afirmou Samyla.

A analista de Recursos Humanos do IEL e responsável pelo recrutamento e seleção de estagiários, Bonnie Braga, ressalta que é comum estudantes, após certo tempo de experiência, serem efeti-

vados pelas empresas. “Em 2007, cerca de 30% das pessoas que foram encaminhadas para estágios pelo IEL foram contratadas. Isso mostra que o estágio continua sendo uma ótima oportunidade para aqueles que querem se firmar no mercado de trabalho e que os estudantes estão procurando cada vez mais se empenhar no desenvolvimento das suas atividades”, afirmou Bonnie.

Segundo Auad, o IEL faz o acompanhamento contínuo dos estagiários para verificar se as funções que desempenham conferem com a sua área de atuação acadêmica. “O IEL faz a supervisão trimestral dos estagiários em cada unidade concedente. Se identificarmos a dissociação do estágio com o curso que o aluno está fazendo ou uma atividade que esteja realizando que não seja uma complementação educacional, a empresa será notificada e deverá se readaptar aos sistemas legais e aos termos do programa de estágio, caso contrário, o convênio é cancelado”, afirma.

“Nós não precisamos ter uma quantidade enorme de estagiários, para alcançarmos a excelência em estágio, pois primamos pela alta qualidade. Nosso dever é oferecer ferramentas para que os futuros profissionais desenvolvam seu talento, pois esses alunos serão a futura mão-de-obra da indústria e têm



MARCELO LEIS



O Banpará tem histórias de sucesso para contar. Alguns estagiários, após o término do estágio, fizeram o concurso do banco e hoje são nossos funcionários. Outros alçaram grandes vôos e estão trabalhando em multinacionais no Canadá e no México”

Glicéria Melo - Banpara

TRABALHO

que estar aptos para serem absorvidos pelo mercado cada vez mais competitivo”, acrescenta Auad.

O estágio auxilia no aprendizado e no desenvolvimento profissional do aluno, mas se não for bem orientado e supervisionado, por uma instituição competente e de credibilidade, como o IEL, esta experiência pode acarretar sérios danos para vida acadêmica do candidato, como atraso na conclusão do curso e até mesmo reprovação.

Mas para que essa situação não se concretize, está em tramitação na Câmara dos Deputados o substitutivo ao Projeto da Lei de Estágio, que elaborado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), regulamenta a atividade dos estudantes nas empresas. A nova lei visa reorganizar a função do estágio e resgatar o seu valor como um ato de complementação educacional fundamental para formação do estudante.

A nova Lei altera alguns tópicos da Legislação atual. As principais mudanças estão relacionadas à carga horária, que fica limitada a seis horas diárias para nível superior e quatro para nível médio, e o direito a recesso remunerado de 30 dias a cada ano de estágio. Os estudantes terão direito, ainda, a vale-transporte para estágio não-obrigatório e a seguro contra acidentes. A duração máxima de dois anos e a meia jornada em períodos de provas são outras das mudanças propostas.

“Já colocamos em prática muitos pontos contemplados no projeto, como os relacionados a carga horária, limite de dois anos de estágio na mesma empresa e recesso sempre que este tenha duração igual ou superior a um ano”, afirma Auad.

O IEL-Pa encara as reformulações

com bons olhos, mas faz algumas observações. “A lei vai ajudar a reforçar a responsabilidade educacional das escolas e das empresas envolvidas, mas ainda não atende aos anseios do setor produtivo em 100%. Ela ainda deixa algumas lacunas, como na questão da limitação das vagas, mas creio que essa questão vai ser ultrapassada. Com certeza, algumas unidades concedentes vão ter que restringir o número de vagas, mas outras também vão abrir novas oportunidades e, com isso, o programa de estágio tende a crescer”, acrescenta Auad.

As empresas também vêm com cautela as alterações na lei. “Se ela não for aplicada de forma correta, isso pode vir a ser um complicador. As cotas podem fazer com que o mercado se feche um pouco mais pra essas atividades. Se nós pensarmos de forma social vamos achar tudo muito bonito, mas não podemos ver só de forma teórica, temos que ver como será na prática. Eu penso que mais tarde isso possa fazer com que algumas empresas venham a deixar de oferecer esse tipo de atividade e o único prejudicado será o próprio estagiário”, ressalta Glicéria Melo.

A delimitação nas horas de permanência no estágio é um dos pontos que também vai fazer diferença na atuação acadêmica do estudante. “Essa mudança é importante para o estagiário, pois ele terá tempo para desenvolver melhor as atividades e trabalhos acadêmicos; mas para aquelas empresas que o tratam como mero produto e o usam como mão-de-obra barata, vai ser desastrosa. As empresas têm que ter consciência de que o que o que vale é conceder um aprendizado de qualidade para esses jovens”, conclui Auad. ■



Consegui a vaga no Banpará encaminhada pelo IEL, em 2004, e antes de terminar o meu contrato fiz o concurso para técnico e passei (...) O maior desafio para quem começa é se comportar como profissional, mesmo sendo estagiário”

Samyla Azevedo, do Banpará

FIQUE LIGADO

Para quem busca uma vaga de estágio, basta fazer um cadastro no IEL. O Programa de Estágio pode ser feito de duas maneiras: semestral ou anual. A permanência máxima de um estagiário em cada empresa é de até dois anos. O contrato pode ser rescindido por qualquer das partes – empresa, estudante ou instituição de ensino – a qualquer momento. Durante o período de estágio, a maioria das empresas oferece bolsa auxílio. Contato: (91) 4009-4701/4702

O domínio do aço no Pará.

Empresa Certificada
ISO 9001/2000

PRUCEM

Oyamota DO BRASIL

www.oyamota.com.br

O PERFIL PERFEITO

Empresas querem profissionais que unam currículo, bom relacionamento, competência e pró-atividade. Uma pitada de ousadia também não faz mal.

Começar a carreira profissional com uma grande empresa é o sonho de muitos jovens recém-formados. No Pará, a situação é peculiar, porque o mercado está aberto para empregos ligados principalmente ao setor mineral, área recheada de projetos e oportunidades não só na capital, mas também no interior do Estado. Para conseguir a tão sonhada vaga, tudo pode começar com um currículo curto e objetivo. Qualificação e experiência também contam.

Segundo Mônica Souto, consultora de gestão de pessoas da empresa Executiva RH, a exigência inicial das indústrias é a mão-de-obra técnica especializada, já que o uso de máquinas pesadas, por exemplo, é um dos mecanismos para a produção. “Estão ligadas às engenharias mecânica, elétrica e química, além de cursos técnicos feitos em escolas técnicas profissionalizantes”, explica.

Porém, o Estado carece desse tipo de profissional, um dos motivos para a Executiva ter várias vagas destinadas, em grande parte, para as mineradoras. “Algumas investem nos jovens aprendizes, que ainda estudam no Ensino Médio”, conta. De acordo com Mônica, eles passam por estágio sob acompanhamento, além de avaliação psicológica e treinamento técnico, tudo para aproveitar essa mão-de-obra.

A Alunorte, por exemplo, admitiu cem jovens, no ano passado, por meio do Programa Bolsa Estudo, que vão atuar na expansão da empresa. Além disso, participa do Programa Trainee do Futuro, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA). “O Trainee do Futuro é muito inte-

ressante, pois por meio dele podemos ministrar disciplinas de gestão e técnicas complementares à grade curricular, além de proporcionar aos participantes um estágio remunerado nas férias”, observa Carlos Dias, gerente interino de Administração e RH da Alunorte.

O outro desafio para quem está começando é conseguir ser efetivado e promovido, algo não muito difícil para quem dispõe de pró-atividade e ousadia. “Um dos pontos importantes é a competência comportamental, ou seja, alguém disposto a aprender, que sabe lidar com a chefia”, define Mônica.

Para a Alunorte, o crescimento profissional dos empregados está ligado aos valores organizacionais da empresa como: obsessão por segurança e meio ambiente e relações confiáveis, coerentes e transparentes com as pessoas. Além disso, contam também habilidades em língua estrangeira, informática, pós-graduação e, em alguns casos, experiência. “O mais importante é que todo o conhecimento e habilidades identificados nos potenciais empregados sejam traduzidos em atitudes no dia-a-dia do trabalho. É desta forma que garantimos o cumprimento das nossas metas e o crescimento profissional”, afirma Carlos.

A empresa possui empregados que começaram como estagiários e chegaram a gerente de área. Carlos Dias reforça que as conquistas também estão aliadas à seriedade na seleção dos candidatos. E acrescenta como conselho a quem quer crescer profissionalmente: “é saber visualizar o futuro, ter atitude, disciplina, garra e determinação”. ■

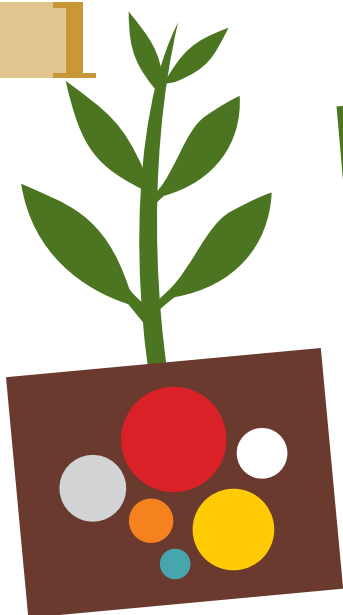


• Carlos Dias, da Alunorte

CURRÍCULOS

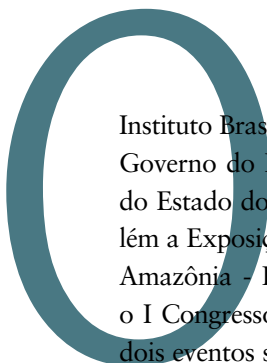
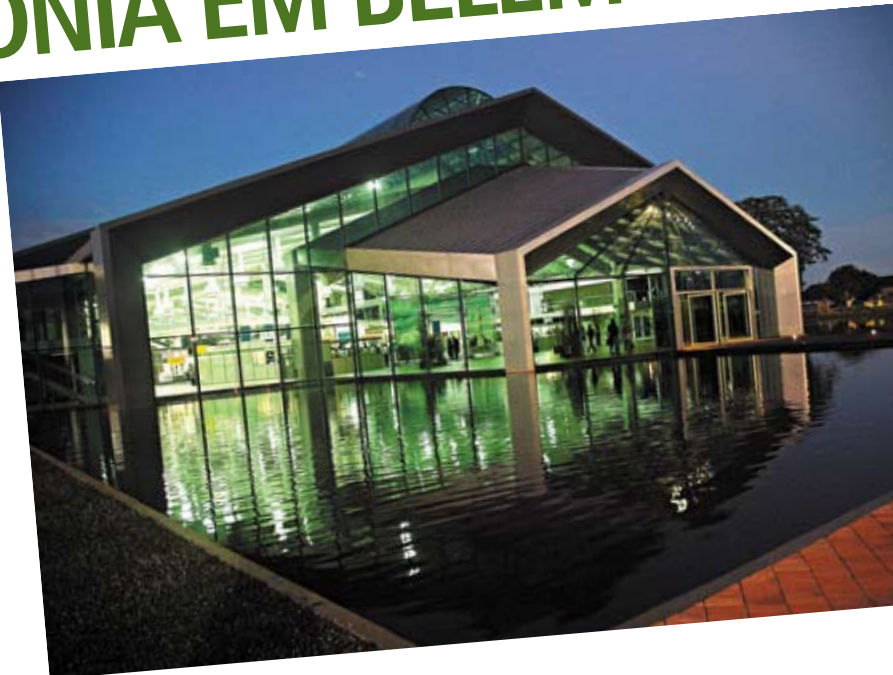
Uma história de conquistas e crescimento profissional pode começar com um bom currículo, considerada a primeira impressão que a empresa tem dos candidatos. Algumas dicas:

- ☑ O currículo deve ser curto, já que as empresas recebem muitos e não tem tempo de ler documentos com quatro ou cinco páginas;
- ☑ Além de registrar os locais e experiências profissionais anteriores, o candidato também pode descrever suas atividades com clareza e objetividade;
- ☑ Mostrar metas e objetivos caso consiga o cargo;
- ☑ Direcionar o currículo para o emprego de interesse. Por exemplo, não adianta incluir um curso ou especialização que nada tem a ver com a função que deseja exercer.



IBRAM REALIZA EXPOSIÇÃO DE MINERAÇÃO DA AMAZÔNIA EM BELÉM

DIVULGAÇÃO



O Instituto Brasileiro de Mineração, com apoio do Governo do Estado e Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), vai realizar em Belém a Exposição Internacional de Mineração da Amazônia - EXPOSIBRAM Amazônia 2008 e o I Congresso de Mineração da Amazônia. Os dois eventos serão realizados no Hangar – Centro de Feiras e Convenções da Amazônia, de 10 a 13 de novembro.

As vendas de estandes para a EXPOSIBRAM Amazônia já começaram e, num primeiro momento, o IBRAM resolveu dar prioridade aos empresários paraenses. As empresas cadastradas no Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), da Fiepa, podem comprar as primeiras unidades de estandes até o dia 31 de maio. Somente depois, as empresas associadas ao IBRAM que não se enquadrem nesse critério e as que atuam em outros estados poderão efetuar a compra.

Segundo o presidente do IBRAM, Paulo Camillo Penna, um dos objetivos do evento é aproximar as companhias nacionais e internacionais de mineração dos fornecedores de máquinas, equipamentos e serviços da região Norte, para que sejam incentivados negócios a curto, médio e longo prazo. “A indústria da mineração vai investir US\$ 32 bilhões no Brasil até 2011 e esta é uma excelente oportunidade para que as empresas da região amazônica consigam atrair parte significativa desse investimento”, acrescenta Penna.



• Paulo Camillo Penna, presidente do IBRAM

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO IBRAM

O espaço da EXPOSIBRAM Amazônia será composto por mais de 4 mil metros quadrados de estandes, distribuídos entre 120 expositores. O público estimado, de acordo com o IBRAM, é de 15 mil visitantes nos quatro dias de evento. Já o Congresso de Mineração da Amazônia vai reunir um público estimado de 500 pessoas, que assistirão palestras com os maiores especialistas mundiais no assunto.

Paulo Camillo lembra que, além do incentivo aos negócios no setor, outro objetivo do IBRAM ao realizar o Congresso e a EXPOSIBRAM Amazônia é apresentar e promover a evolução tecnológica da indústria da mineração. “A mineração é, reconhecidamente, por meio de inúmeros casos de sucesso, um dos setores que mais investe em sustentabilidade. Sua atuação empresarial leva em conta a preservação/con-



servação do meio ambiente, a saúde e segurança de seus trabalhadores e a responsabilidade em promover o bem-estar social das comunidades com que se relaciona”, afirma o presidente do IBRAM.

Paulo Camillo Penna também lembra a fase positiva pela qual passa o mercado de mineração do País. “Novos negócios serão anunciados ainda neste semestre, principalmente no segmento de minério de ferro, responsável por 43% dos investimentos previstos para o setor”, avisa o presidente. No Pará, o Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fiepa, aponta que esse minério continua sendo o principal item na pauta de exportações do Estado, com participação de 29,20%.

Outra tendência do setor, diz o presidente do IBRAM, é o investimento pesado que as empresas fazem para a identificação de novas jazidas. “Ou elas investem em exploração, que tem prazo de dez anos para dar resultado, ou compram empresas menores e aplicam capital para expandir a produção”. O IBRAM considera que a busca por novas reservas está em alta: em 2007, os investimentos, de acordo com estimativas, alcançaram os US\$ 350 milhões. ■

• *Dalva Souza, da Temple Events, com a equipe de vendas da EXPOSIBRAM Amazônia, que será realizada no Hangar*

SERVIÇO

Os estandes já estão disponíveis para os cadastrados no PDF e mantenedores do programa até 31 de maio. De 1º de abril a 31 de maio para associados do IBRAM e patrocinadores. Para os demais interessados, o período de vendas é de 1º de agosto a 30 de setembro. Informações e vendas - Temple Events: eventos@temple.com.br ou ainda pelos fones (91) 3229-6468 / (91) 3269-5503.

A força do interior é cada vez

MAIOR

A região do sudeste paraense, onde estão concentrados os grandes investimentos em mineração, já responde por um terço da economia paraense. E a região oeste vive um novo momento econômico, com quase R\$ 1 bilhão investidos nos últimos dois anos

A região Norte possui dois grandes estados com características econômicas bem diferentes. Enquanto o Amazonas tem 90% de seu PIB (Produto Interno Bruto) concentrado em sua capital, em razão da Zona Franca de Manaus, o Pará passa por uma acelerada desconcentração econômica, causada principalmente pelos investimentos no setor mineral e na pecuária. Isso faz com que sua capital Belém responda hoje por menos de um terço do PIB estadual e apenas 20% da sua população. A região do sudeste paraense, onde estão concentrados os grandes investimentos em mineração, já responde por um terço da economia estadual. E o oeste do Pará vive um novo momento econômico, com quase R\$ 1 bilhão investidos nos últimos dois anos em projetos como a mina de bauxita da Alcoa em Juruti.

Um diagnóstico em socioeconomia encomendado pela Vale para avaliar a influência de seus empreendimentos no sudeste paraense revelou que aquela região já responde por um terço da economia do Estado e, no ritmo atual de crescimento, deverá ultrapassar em breve a região metropolitana de Belém. Enquanto em 1980 o sudeste respondia por 12% do PIB estadual, essa participação subiu para 32% em 2004, enquanto a da capital caiu de 48% para 40% na mesma comparação.

O estudo, realizado pela Diagonal Urbana Consultoria ao longo de 2006, mostrou que os investimentos que a Vale tem feito na região (R\$ 12,3 bilhões até 2007, com projeção para chegar a R\$ 25,8 bilhões até 2010) e as suas compras (devem chegar a quase R\$ 15 bilhões

em 2010) tornam o papel da empresa fundamental na dinamização da economia regional.

De acordo ainda com o estudo da Diagonal, o sudeste paraense vem tendo um crescimento econômico a taxas que, em média, representam o dobro do crescimento da China, o país que atualmente é fenômeno de crescimento no mundo. O diagnóstico prevê que, na área de influência direta dos empreendimentos da Vale – que inclui os municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas

e Tucumã -, o valor da produção deverá chegar a R\$ 39,2 bilhões em 2010, com uma taxa anual de crescimento de 20,51%. E faz previsões ainda mais otimistas: o valor adicionado (acréscimo de riqueza) atingirá R\$ 13,8 bilhões em 2010 (taxa de 18,26% ao ano); o emprego, que era de 202 mil em 2004, alcançará algo em torno de 630 mil em 2010, com uma taxa de crescimento de mais de 20%. E a massa salarial também de-

verá crescer 20%, passando de R\$ 807 milhões em 2004 para R\$ 2,4 bilhões em 2010.

Um detalhe importante do diagnóstico é que, apesar do constante crescimento da participação da indústria (basicamente mineral e com ampla predominância da Vale), é significativa a participação da agropecuária (patronal e familiar) do sudeste paraense. A indústria mineral dessa região respondia em 2003 por 35,5% da economia do Estado e a agropecuária, por 45,5% do total estadual do setor. Vale ressaltar que essa participação de 35,5% da indústria do sudeste não estava longe, naquele ano, da participação da região metropolitana de Belém,

RANKING
A PARTICIPAÇÃO DO
SUDESTE PARAENSE NO
PIB ESTADUAL PASSOU DE
12% EM 1980 PARA 32%
EM 2004 E EM BREVE DEVE
ULTRAPASSAR A REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM



• Canaã dos Carajás teve o segundo maior ganho de posição em relação ao PIB do Brasil, passando da 2.457ª para a 424ª colocação

A evolução de Canaã

A tendência de crescimento do sudeste paraense foi reforçada no final do ano passado, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará (Sepof) divulgaram a informação de que o município de Canaã dos Carajás teve o segundo maior ganho de posição em relação ao PIB do Brasil no período de 2002 a 2005, passando da 2.457ª para a 424ª colocação entre os 5.564 municípios brasileiros. A grande evolução de Canaã foi motivada principalmente pela implantação do projeto de produção cobre do Sossego, iniciado em julho de 2004 pela Vale.

Belém ainda concentra a maior parcela do PIB paraense, com 28,81% do total do Estado, equivalente a mais de R\$ 11 bilhões. Depois aparecem, Barcarena (R\$ 2.7 bilhões ou 7,14% do total), Parauapebas (R\$ 2.6 bilhões - 6,81% do total), Ananindeua (R\$ 2.1 bilhões - 5,55%) e Marabá (R\$ 2,079.bilhões - 5,31%).

O município de Canaã dos Carajás é destaque também no ranking do PIB per capita do Pará, ocupando o primeiro lugar, com R\$ 46.854, seguido por Barcarena (R\$ 37.724), Parauapebas (R\$ 29.114), Tucuruí (R\$ 21.404) e Oriximiná (R\$ 14.620), todos com forte base na atividade mineral e bem acima da média do PIB per capita do Estado (R\$ 5.617). Belém ocupa um modesto

13º lugar, com R\$ 8.022.

No ranking do PIB per capita das regiões de integração do Estado do Pará no ano de 2005, a região de Carajás ocupou o 1º lugar, com um PIB per capita de R\$ 12.606 e uma participação média de 5,19% no contexto demográfico estadual. Depois aparece a região do Lago de Tucuruí, com R\$ 7.952, detendo 9,22% da população estadual. A média do Pará ficou em R\$ 5.617.

São Félix do Xingu ocupa o primeiro lugar no PIB da agropecuária paraense, seguido por Santarém, Paragominas, Marabá, Acará, Novo Repartimento, Floresta do Araguaia, Água Azul do Norte, Santa Maria das Barreiras e Cumaru do Norte. Na indústria, a liderança fica com Parauapebas. Depois aparecem Belém, Barcarena, Tucuruí, Marabá, Ananindeua, Oriximiná, Canaã dos Carajás, Almeirim e Santarém. E no setor de serviços, Be-

PER CAPITA
CANAÃ DOS CARAJÁS OCUPA O PRIMEIRO LUGAR NO ESTADO, SEGUIDO POR BARCARENA, PARAUPEBAS, TUCURUÍ E ORIXIMINÁ.



• *No PIB da indústria paraense, o município de Parauapebas ocupa a liderança, graças à produção de minério de ferro em Carajás pela Vale do Rio Doce*

lém aparece em primeiro lugar, seguido por Ananindeua, Marabá, Santarém, Barcarena, Parauapebas, Castanhal, Tucuruí, Paragominas e Itaituba.

Emancipada de Parauapebas há apenas 13 anos, Canaã dos Carajás hoje tem cerca de 30 mil habitantes. A cidade está no entorno mineral e sob influência direta da Vale, que já opera a extração de cobre da mina do Sossego e nos próximos anos implantará outro de cobre, o do 118, e um de níquel, o do Vermelho, além do maior projeto de minério de ferro do mundo, o de Serra Sul, um investimento de mais de US\$ 10 bilhões que iniciará sua produção com 9 milhões de toneladas anuais. A arrecadação do município gira em torno de R\$ 3,5 milhões mensais, incluindo o royalty pago pela atividade mineral.

Segundo o prefeito Joseilton Ribita, Canaã tem previsão de crescimento em torno de 100% nos próximos três anos, depois de ter crescido em torno de 104% nos últimos cinco anos. Ele ressalta que ainda há muito a avançar na questão estrutural do município e que existe uma discussão sobre os impactos dos grandes projetos na Amazônia, que inclui o debate sobre as cidades que estão no entorno e no centro destes grandes projetos, como é o caso de Canaã.

“São questões como infra-estrutura, saneamento básico, habitação, qualidade de vida, saúde, capacitação tecnológica e científica, a produção de conhecimentos e a qualificação da juventude para alterar os níveis de inserção cidadã no cotidiano da cidade e da região”, ressalta Ribita.

PRINCIPAIS FATORES

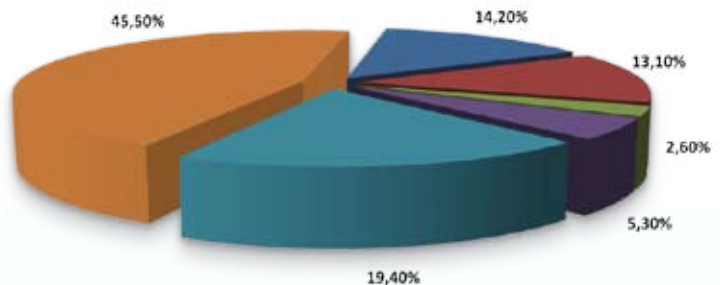
O arquiteto e urbanista João Jaime Almeida Filho, um dos responsáveis pelo estudo da Diagonal, afirma à PARÁ INDUSTRIAL que a aceleração do crescimento da região sudeste do Pará se deve a três fatores principais: os investimentos dos setores da mineração, da pecuária e os gastos públicos, estes últimos alavancados pelo aumento de receitas das prefeituras em função do próprio crescimento da região. "Complementarmente, o efeito dos desdobramentos dos investimentos destes setores sobre o comércio e serviços contribuem para uma elevação ainda maior. Para o futuro, espera-se a continuidade dessa tendência, já que a economia mundial mantém bom ritmo de atividade, o que reflete diretamente sobre os mercados exportadores, no caso a mineração e a carne bovina. O plano de investimentos da Vale para a região, conforme apresentado no estudo, é bastante vigoroso", acrescentou ele.

Outro dado revelado pelo diagnóstico da Diagonal é que os setores não industriais da economia daquela região serão fortemente estimulados e ganharão peso relativo até 2010, crescendo até mais que a própria mineração. Embora com uma participação projetada (17,3%) na economia regional bem menor que a da mineração (57,2%) em 2010, o setor de comércio e serviços crescerá a uma taxa maior (21,8%) que a do setor mineral (17,4%) entre 2004 e 2010. A da agropecuária deverá ser de 18,7% e a da indústria de transformação de 16,4%. No total, o crescimento da economia no sudeste paraense deverá ficar em 18,2% entre 2004 e 2010. ▶

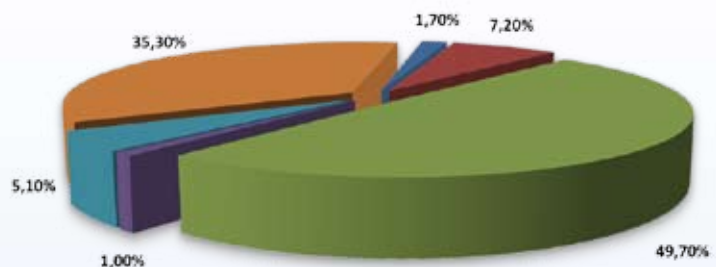
COMPOSIÇÃO DA ECONOMIA NO ESTADO DO PARÁ (2003)

A ECONOMIA DO SUDESTE DO PARÁ É ESTRUTURADA POR DUAS FORÇAS PRINCIPAIS: A BASE AGROPECUÁRIA (PATRONAL E FAMILIAR) E A MINERAÇÃO.

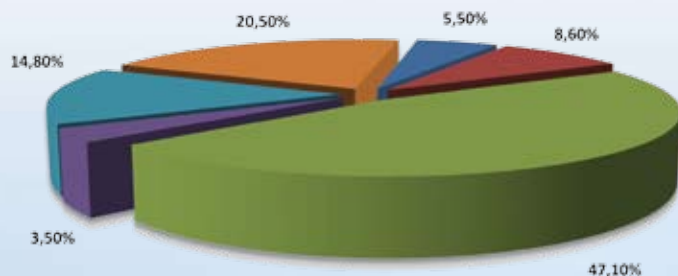
AGROPECUÁRIA - R\$ 6,5 BI



INDÚSTRIA - R\$ 9,5 BI



COMÉRCIO/SERVIÇOS - R\$ 11,3 BI



- SUDESTE PARAENSE
- NORDESTE PARAENSE
- MARAJÓ
- BELÉM
- BAIXO AMAZONAS
- SUDOESTE PARAENSE

FONTE: IBGE-PIB MUNICIPAL, ELABORAÇÃO: CEP/IAN DIVULGAÇÃO





• Em dezembro deste ano deve entrar em operação a mina de bauxita da Alcoa no município de Juruti, um investimento de R\$ 1,7 bilhão

Mineração impulsiona a economia do oeste

A região oeste do Pará vive um novo momento econômico, com os investimentos no setor mineral. Nos últimos dois anos foi quase R\$ 1 bilhão em investimentos em grandes projetos, o que se traduziu em incremento significativo na economia regional. A região conta atualmente com duas grandes empresas mineradoras, a Mineração Rio do Norte e a Alcoa, mas já vive a expectativa de um investimento de pelo menos R\$ 4 bilhões da Rio Tinto, na Calha Norte do rio Amazonas. São três projetos da cadeia do alumínio, a partir da extração de bauxita.

O município de Santarém, por ser um pólo regional, acaba funcionando como o principal centro de fornecedores, além de contribuir com tecnologia e capacitação, com suas mais de sete universidades. No ano passado foram mais de R\$ 45 milhões em compras diretas em Santarém feitas pela Alcoa e pela MRN. Em toda a região, os investimentos ultrapassaram os R\$ 100 milhões em compras diretas e o volume de recursos movimentado chega a ser o triplo disso. O impacto na economia é tão importante que a Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES) decidiu, há dois anos, criar um programa de certificação para capacitar as empresas para que elas possam atender a demanda dos grandes empreendimentos.

O círculo virtuoso criado na economia regional acontece graças a uma nova concepção das empresas, que investem o máximo possível nas empresas locais. Para que

esta nova perspectiva funcione, existem ações como o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA). As empresas cadastradas passam a acessar mais facilmente os grandes mercados e recebem qualificação, como o Programa de Certificação de Empresas (Procem) e as ações como a da ACES em Santarém. O resultado é que as empresas estão mais preparadas e possuem capacidade de atender melhor a demanda das mineradoras.

Em Santarém, as empresas locais venderam no ano passado, somente para a Mineração Rio do Norte, R\$ 18,4 milhões. Desse total, R\$ 2,4 milhões foram compras de materiais e R\$ 15,9 milhões em serviços. Já a Alcoa, que está implantando em Juruti uma mina de bauxita, comprou diretamente de empresas santareneas R\$ 27,1 milhões desde o início do projeto até dezembro de 2007. O empreendimento, de R\$ 1,7 bilhão, deve começar a operar em dezembro, mas a empresa já anunciou obras de expansão que devem demorar mais um ano e meio.

Na avaliação do presidente da Associação Comercial e Empresarial de Santarém, Olavo das Neves, o oeste do Pará vive não apenas um novo ciclo econômico, mas uma situação duradoura que tende a proporcionar o desenvolvimento regional. “Os investimentos em mineração se traduzem em geração de emprego e renda para a região durante um período longo, tempo suficiente para a consolidação de um processo de desenvolvimento sustentável”, analisa, acrescentando que as empresas regionais estão participando de forma mais ativa destes empreendimentos também graças aos programas de qualificação. ■

Você faz há 25 anos
nossa História
ainda Melhor.



25
MARIZA
Anos

Faz a vida ainda melhor

Papel importante na luta pelo desenvolvimento sustentável

Uma das entidades que lutam pelos interesses da classe empresarial paraense é o Centro das Indústrias do Pará - CIP, parceiro da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA. Criado em 1966, inicialmente para expressar os anseios das indústrias que não contavam com empresas em quantidade significativa para formar um sindicato, o Centro passou a desempenhar um papel fundamental de luta para garantir o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

“Estamos vivendo a fase do terrorismo ambiental na região amazônica, e conseqüentemente, no Pará. Para o mundo exterior, a ordem das coisas é a seguinte: primeiro a floresta; em segundo os animais e por último o homem amazônico. Essa ordem está totalmente equivocada. Temos que inverter isso. A ordem que deve ser obedecida é gerar desenvolvimento para os homens que vivem neste chão, transformando as riquezas naturais em prol do desenvolvimento regional”, afirma José Maria da Costa Mendonça, presidente do CIP e empresário do setor siderúrgico.

Para Mendonça, um dos maiores objetivos das entidades representativas da indústria é a integração entre as empresas e os demais segmentos produtivos para a melhoria das condições socioeconômicas do Pará.

“Temos que ter a consciência de que o Pará tem como vocação a mineração, mas ainda precisamos trabalhar para agregar valor aos produtos e conquistar maior valor de mercado. Só assim vamos garantir desenvolvimento sustentável e a tão sonhada verticalização da produção industrial no Estado”, explica.

O CIP conta, atualmente, com 73 empresas industriais filiadas, dos mais variados segmentos produtivos. É considerado, pelo empresariado local, um ponto de referência na busca de soluções para a indústria. “Uma das principais bandeiras de luta do CIP é a criação de uma política séria de incentivos fiscais para o Estado. Hoje, se o Pará disputar investimento com Estados do Maranhão ou do Amazonas, perde sem dúvida nenhuma. O motivo é a falta de uma política de incentivos fiscais, capaz de garantir segurança ao investidor. Sem essa segurança, o empreendedor abandona o projeto e isso é péssimo para



• José Maria Mendonça, presidente do CIP

a indústria e para o próprio Estado, que acaba perdendo empreendimentos e deixa de gerar empregos para sua população”, enfatiza.

O CIP não tem fins lucrativos e seus vinte diretores se reúnem mensalmente para encontrar soluções aos problemas que afligem o setor produtivo. Agora haverá o fórum para debater a situação industrial. É o Fórum Paraense de Competitividade (FPC), lançado pela Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa.

Neste início de ano, o CIP está passando por uma reestruturação e contará, em breve, com uma Agência de Desenvolvimento e Concessões, destinada a administrar ações junto aos governos federal, estadual e municipais. Subsidiará também o governo na elaboração de projetos que desonerem a máquina estatal.

“O setor produtivo quer expandir suas atividades, mas está enfrentando dificuldades, principalmente, por causa do excesso de burocracia, das altas taxas, impostos que pesam exageradamente na produção e falta de incentivos para a indústria. O CIP está aberto para debater alternativas que resolvam os problemas das indústrias locais. Agora, os nossos governantes têm que entender que só uma parceria séria com o setor produtivo será capaz de gerar desenvolvimento duradouro no Pará”, finaliza José Maria Mendonça. ■

Em busca de su

EMPRESAS APOSTAM NO REFLORESTAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. INICIATIVA DÁ APOIO ÀS PESQUISAS CIENTÍFICAS.

O reflorestamento sempre foi considerado uma das formas de combater a devastação da floresta amazônica, além de permitir a permanência da cobertura vegetal para as próximas gerações. Mas as sugestões em torno do tema voltaram a esquentar os debates políticos no início de 2008. O fato: o governo federal constatou, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas (Inpe), que o desmatamento na região amazônica chegou a 3.235 quilômetros entre agosto e dezembro de 2007. O Pará é o segundo estado mais devastado do país, com 17,8% do total. Há cerca de três anos, esse tipo de aumento não era registrado. Uma das sugestões para solucionar esse problema, garantindo retorno para o setor produtivo, é o Projeto de Lei 6424/05, de autoria do senador paraense Fernando Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O projeto original prevê o aproveitamento de áreas já devastadas, flexibilizando o Código Florestal para que áreas alteradas até junho de 2006, definidas por imagem de satélite, tenham utilização econômi-

ca, com reflorestamento de espécies nativas ou exóticas. “O projeto não prevê utilizar essas áreas para plantar soja, cana ou milho. Apenas define que as áreas têm que ser reflorestadas, mas com a utilização econômica desse reflorestamento”, disse Flexa, em discurso no plenário do Senado.

O projeto já passou pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, onde chegou a receber 17 emendas, sendo que seis delas foram aprovadas, segundo parecer do deputado Homero Pereira (PR-MT), relator da comissão. Agora, o projeto de lei segue para debate e análise na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também da Câmara dos Deputados. Como sofreu muitas modificações desde seu texto original, parlamentares acreditam que o PL seja ainda foco de debates e melhorias no Câmara e no Senado Federal.

Enquanto novos mecanismos de combate ao desmatamento ilegal e ferramentas de reflorestamento são discutidos em Brasília, algumas em-

presas no Pará já adotaram ações de reflorestamento em suas áreas de atuação. Seus representantes são unânimes em afirmar que realizam esse trabalho não só como uma forma de manter o negócio e cumprir a legislação, mas para ajudar no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ainda que com esse objetivo, a tarefa não é fácil. Não por falta de vontade do setor produtivo.

De acordo com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), dos 42 associados, só sete (Floraplac, Pampa, Cikel, Tramontina, Eidai, Nordisk e Ebata) realizam reflorestamento. O baixo número, segundo a Aimex, é conseqüência das dificuldades de autorização junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). A associação também estima que a área reflorestada chegue a cerca de 200 mil hectares no Pará.

A Tramontina, por exemplo, produtora de utensílios de madeira, chegou ao Estado em 1986 e promove ações de reflorestamento desde 1992. A empresa já fez o plantio de um milhão de árvores em 1.500 hec-

sustentabilidade

tares de uma área na localidade de Aurora do Pará, a 250 quilômetros de Belém. São espécies como ipê, mogno, jatobá, jacarandá e paricá. Outro fator é a parceria da Tramontina com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que faz da fazenda um verdadeiro laboratório a céu aberto. A cooperação técnica já rendeu até estudos para o controle da praga da ponteira, que inviabiliza economicamente o uso do mogno.

Para o diretor-superintendente da fábrica paraense da Tramontina, Luiz Ongaratto, o trabalho demonstra a conduta da empresa no uso da matéria-prima. “Fazer manejo correto, dentro das regras, não destrói nenhuma floresta”, aponta. Ele também explica que as atividades contribuem para reflorestar uma imensa área da Amazônia que foi totalmente derrubada para a agricultura e a pecuária no passado. “Plantar espécies de rápido, médio e longo crescimento, além de diminuir os custos, ameniza os impactos ambientais”, completa.

Mas essa não é uma preocupação só das empresas madeireiras. É o caso da Globe Metais, que produz silício metálico em Breu Branco, sudoeste do Pará. Ela não só promove ações de reflorestamento como preserva duas áreas de floresta nativa



SENADOR FLEXA RIBEIRO: “O projeto não prevê utilizar essas áreas para plantar soja, cana ou milho. Apenas define que as áreas têm que ser reflorestadas, mas com a utilização econômica desse reflorestamento”.

que totalizam 45 mil hectares, onde apenas 3% são usados. Nas áreas alteradas, a Globe já conseguiu plantar uma floresta de eucalipto que abastece parte das necessidades da fábrica, como o cavaco de madeira, elemento usado no processo produtivo do silício. Assim como na Tramontina, a Globe também incentiva a pesquisa. A mata nativa abriga um banco genético de sementes de mais de 50 espécies também em parceria com a Embrapa e UFRA.

O resultado do esforço foi a certificação das duas fazendas de reflorestamento da Globe Metais com o Selo Verde da Forest Stewardship Council (FSC), organização internacional que apóia o desenvolvimento de ações ambientais, sociais e econômicas sustentáveis nas florestas de todo o planeta. “Isso garante a sustentabilidade da fábrica, a prática do manejo florestal e o respeito à legislação ambiental. A empresa sempre teve essa proposta, não só faz parte da nossa política, como é uma questão de ética”, afirma o diretor de logística e

suprimentos da Globe, Paulo Frey.

Já a Vale, que opera em dimensões produtivas maiores, pretende plantar cerca de 343 milhões de mudas no Pará até 2010. O Estado será o maior beneficiado nessa meta de reflorestamento que deve chegar a 345 milhões em todas as áreas onde está a empresa. A Vale também atua para proteger cinco unidades de conservação na Floresta Nacional de Carajás (Flona) em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A Flona já é considerada a maior ilha de floresta primária do sudeste do Pará, pois ao seu redor existem áreas que passaram não só por desmatamento, mas também por queimadas.

De acordo com a Vale, a empresa interfere em 3% do total da área de Carajás. A Flona ainda possui uma unidade de produção de mudas com a capacidade de produzir 1,5 milhão delas por ano. Isso envolve a valorização de 220 espécies, todas da região. ▶



Para **RAIMUNDA MONTEIRO**, presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará, uma das formas de melhorar a imagem do Estado em relação ao desmatamento é fazer da floresta um negócio sólido

Segundo o analista ambiental do departamento de ferrosos norte da Vale, Edward Benjamim, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas também faz parte da avaliação de estudos ambientais para a abertura de qualquer novo empreendimento. Ele informa que esses levantamentos, que também incluem os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), são instrumentos de gestão da qualidade ambiental e elaborados com o objetivo de cumprir a legislação. “Isso garante uma menor agressividade ao meio ambiente”, acrescenta.

O Governo do Estado já possui um órgão que pretende promover o reflorestamento. É o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor). A presidente do Instituto, Raimunda Monteiro, acredita que as iniciativas das empresas são muito bem-vindas. “Elas possuem domínio tecnológico para reflorestar em grande escala. Isso é muito favorável para a reconstrução de paisagens”, diz ela.

Raimunda afirma que, além de investirem em projetos tecnológicos, algumas empresas compartilham o plantio com pequenos produtores. “Isso contribui para a geração de empregos e para o aumento da capacidade produtiva, ou seja, os empresários estão pensando no futuro”, aponta.

Para ela, uma das formas de melhorar a imagem do Estado em relação ao desmatamento é fazer da floresta um negócio sólido. “Por

isso, além de reforçar as iniciativas empresariais, nosso objetivo é identificar os gargalos do reflorestamento. Estamos finalizando esse diagnóstico. A partir daí, vamos propor mecanismos para fazer dessa atividade algo atrativo economicamente”, destaca.

Em 2008, o Ideflor pretende implantar dois laboratórios de sementes de espécies nativas em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri). Serão investidos três milhões de reais nas obras, que serão realizadas em Altamira e Marabá. O oeste do Pará também está incluído no projeto. Os municípios de Santarém e Itaituba devem ter a coleta de sementes fortalecida. “Além de interiorizar as ações, nossa intenção é fazer com que o reflorestamento seja massivo para criar uma base de insumos e montar uma rede de coleta entre os agricultores familiares”, finaliza.

COBRANÇAS

Vários especialistas, inclusive do próprio Ministério do Meio Ambiente, culpam o setor produtivo como um dos causadores da elevação dos índices de desmatamento. Os segmentos mais visados ainda são o agrícola e o madeireiro, que se defendem ao dizer que a preservação da floresta não pode prejudicar a economia do país. Por isso, esses segmentos cobraram ações mais energéticas do governo em termos de fiscalização, mapeamento das áreas devastadas para coibir o uso ilegal da madeira e principalmente uma real regularização fundiária na região. ■



O melhor investimento em serviços para sua empresa

Projeto **Construir**

www.sindusconpa.org.br
Central de Serviços: Av. Nazaré, 649
Fone: (91) 3241 8383



SINDUSCON - PA
www.sindusconpa.org.br



Valmir Gabriel Ortega

É geógrafo e Secretário de Meio Ambiente do Pará



O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE NO PARÁ

O Pará se propõe a liderar na região amazônica o debate sobre o desafio de pensar o desenvolvimento e a conservação. Não restam dúvidas de que a Amazônia é hoje a grande vitrine do Brasil e do planeta. A marca Amazônia se equipara aos ícones comerciais mais lembrados no mundo, ou seja, o mundo todo se preocupa com a Amazônia e o Brasil sabe da responsabilidade que tem na conservação e proteção desta que é a maior floresta tropical do planeta.

No Pará, temos que pensar grande, até porque todos os desafios do Estado são gigantescos. Cabe ao Estado, mais uma vez, o desafio de sinalizar o rumo de como fazer esse encontro entre a necessidade do desenvolvimento econômico, da geração de emprego, renda para população, ao mesmo tempo em que conserva seus recursos naturais. O desafio imposto é fazer esse encontro.

Por possuírem um modelo de desenvolvimento diferenciado do que é possível pensar hoje para a Amazônia, outros estados vizinhos já destruíram boa parte de suas florestas. Alguns foram submetidos a um processo de ocupação muito intenso nas últimas décadas, o que fez com que boa parte de suas florestas desaparecessem.

No Pará, temos ao mesmo tempo uma pressão populacional grande, com o desafio decorrente inclusive de produzir alimentos, e, mesmo tendo cerca de 30% de área desmatada e cerca de 20% de floresta degradada, ainda dispomos de mais de 50% de floresta em estado de conservação bastante significativa, seja protegida em Terras Indígenas ou Unidades de Conservação. Ou seja, ainda nos resta tempo para gestar um novo modelo de exploração dos recursos naturais.

Reunimos todas as condições para demonstrar que é possível conservar a floresta e ao mesmo tempo gerar riquezas e melhoria da qualidade de vida da população. O desafio imposto requer clareza sobre como valorizar nossos produtos, se-

ja os que vêm da floresta, os recursos minerais ou os bens e serviços produzidos pelas cidades, ao mesmo tempo em que possamos assegurar que a floresta continue prestando os serviços ambientais que já presta e que tem reflexo em todo o planeta.

Sabemos que o governo sozinho não será capaz de enfrentar e resolver esse problema, que no momento se traduz no combate ao desmatamento, e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento. Sabemos que a atividade madeireira ilegal não é sustentável. Vários municípios paraenses passaram por momentos de grande expressão econômica pelo corte da madeira, e logo na sequência observamos o desemprego, a fome, a degradação porque as serrarias vão embora, acaba-se a madeira, mas os trabalhadores e o desespero ficam.

Sabemos que o governo sozinho não será capaz de enfrentar e resolver esse problema, que no momento se traduz no combate ao desmatamento

Portanto, cabe ao governo, aos municípios e à própria sociedade substituírem atividades que não são sustentáveis, e que no futuro vão gerar um prejuízo maior para as populações dessas regiões. Ao mesmo tempo em que fortalecemos a fiscalização, queremos ampliar a parceria com as prefeituras e comunidades locais e a sociedade de maneira geral, na busca de alternativas legais de produzir madeira e carvão, uma vez que a economia florestal tem um peso grande no Estado. Queremos continuar fortalecendo a produção florestal, mas que ela seja sustentável e respeite a lei. É esse o desafio de todo o povo paraense: fortalecer a economia florestal legal e assegurar que continuemos a gerar emprego e renda ao longo do tempo. ■

Um relacionamento próximo com as comunidades vizinhas

Programa da Albras procura a melhoria da qualidade de vida, a conquista da cidadania e auto-estima, com oportunidades de trabalho e renda para as famílias mais carentes

“O muro que nos separa não é tão grande”. Esta frase foi dita durante a realização do programa chamado Diálogo Comunitário, um canal aberto entre a Albras (Alumínio Brasileiro S/A) e as comunidades vizinhas, em Barcarena (PA), município sede da empresa produtora de alumínio primário.

A Albras desenvolve um intenso programa de responsabilidade social junto, especialmente, às famílias mais carentes da região. Objetiva principalmente a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, a conquista da cidadania e auto-estima, com oportunidades de trabalho e renda, com atividades em condições de sustentabilidade.

O relacionamento com estas comunidades faz-se por meio de visitas recíprocas e programas como o Boas-Vindas, que recebe semanalmente grupos de comunidades da região, para conhecer a fábrica e os programas sociais da Albras, e o Diálogo Comunitário, encontro semestral com os líderes locais e a sociedade civil organizada. Em função destes dois programas visitaram a empresa, em 2007, 1.854 pessoas da região.

“Eles sabem que nós existimos e mostramos à empresa quem somos. É muito válido continuar conversando, pois sabemos que estamos em contato com pessoas sensíveis aos nossos anseios e que seremos atendidos se buscarmos apoio”, disse uma das participantes do programa, Edna Nunes, da Associação dos Artesãos de Barcarena.

A relação transparente com os representantes da microrregião



FOTOS: ARQUIVO ALBRAS

• A Albras já implantou 14 Escolas de Informática e Cidadania, em par...





erária com o CDI, capacitando 1.052 pessoas apenas no ano de 2007



A RELAÇÃO TRANSPARENTE COM OS REPRESENTANTES DA MICRORREGIÃO É EXPRESSA DURANTE A REALIZAÇÃO DO DIÁLOGO, QUANDO SÃO DETALHADAS AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA. A PARTIR DAÍ SÃO TIRADAS DÚVIDAS E OUIDAS AS PALAVRAS DAS COMUNIDADES SOBRE COMO SE SENTEM EM RELAÇÃO À ALBRAS.

OUTROS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ALBRAS

Reaproveitamento, reciclagem e compostagem de lixo urbano estão na base do programa Nosso Lixo Tem Futuro, que envolve cinco municípios, onde a Albras construiu e entregou às cooperativas locais, e convênios com as respectivas prefeituras, unidades para tratamento de lixo. São beneficiadas cerca de 180 mil pessoas, considerando a população dessas cidades que contam, dessa forma, com melhor saneamento. O programa representa investimento superior a US\$ 1 milhão, parte em recursos próprios, parte em financiamento obtido pela empresa junto ao BNDES e criou mais de 120 novos postos de trabalho permanente. Em 2007 a produção dessas unidades – composto orgânico, brinquedos educativos, móveis, calçados – apresentou resultados positivos, apontando para a efetiva sustentabilidade.

Outro programa comunitário de sucesso é o Pafam – Programa de Agricultura Familiar Mecanizada, que apóia pequenos produtores rurais com patrulha mecanizada e assistência técnica, beneficiando, em 2007, 106 famílias que cultivam mandioca, feijão, milho, frutíferas, ervas medicinais, com foco na sustentabilidade. Este programa é realizado com orientação e apoio técnico da Embrapa/Amazônia Oriental (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da prefeitura de Barcarena.

Em conjunto com a Embrapa/Amazônia Oriental a Albras implantou, na comunidade Vai-Quem-Quer, o Sistema Agroflorestal (SAF) que ensina às famílias uma nova forma de aumentar a renda, com um sistema de consórcio que planta várias espécies dentro de um hectare. Faz parte da patrulha mecanizada do Pafam a “Tritucap”, que a Albras adquiriu em 2003, uma máquina de fabricação alemã que tritura a capoeira, misturando o material ao solo, eliminando as queimadas.

INCLUSÃO DIGITAL – Contribuindo para a inclusão digital na região, a Albras já implantou 14 Escolas de Informática e Cidadania (EIC), em parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), capacitando, apenas em 2007, 1.052 pessoas.

Em parceria com a Coopsai – Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais - é





- **O trabalho com a comunidade no entorno da Albras inclui a operação de uma fábrica de farinha**

é expressa durante a realização do Diálogo, quando são detalhadas as ações de responsabilidade social e o funcionamento da empresa. A partir daí são tiradas dúvidas e ouvidas as palavras das comunidades sobre como se sentem em relação à Albras.

De acordo com o gerente da Área de Administração da Albras, Paulo César Silva, a empresa tem um compromisso com a comunidade local e acredita nisso. “O desenvolvimento das partes envolvidas deve acontecer junto, contribuindo para o crescimento do ser humano, e a Albras coopera de forma positiva desde o início, com programas e ações que atestam esse compromisso”.

Como reconhecimento desses benefícios, o gerente lembra que a empresa possui várias premiações nacionais específicas para projetos sociais, além da certificação internacional SA 8000 (responsabilidade social).

A ALBRAS

Localizada em Barcarena (PA), a empresa é líder nacional na produção de alumínio primário de qualidade internacional. Ela é resultado de uma associação da Vale com Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd., consórcio de empresas japonesas.

Produzindo desde 1985 a fábrica possui certificações internacionais para seus sistemas de qualidade (ISO 9001), de meio ambiente (ISO 14001), de saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001) e de responsabilidade social (SA 8000) Em 2007 a Albras conquistou o mais importante reconhecimento nacional à excelência na gestão, o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), um prêmio de valor que reconhece organizações líderes em qualidade, produtividade, competitividade e gestão, concedendo aos vencedores o título de Empresa de Classe Mundial. ■

desenvolvido o projeto Apadrinhar a Inclusão Digital, Buscando a Inclusão Social, onde empregados da Albras, voluntariamente, apadrinham jovens carentes, muitos deles crianças de rua, garantindo seu estudo nas EICs. Em foram capacitados neste projeto, 52 alunos, em total acumulado superior a 300 jovens.

VOLUNTARIADO – O Mova – Movimento Voluntariado da Albras - reúne os empregados da companhia que se dedicam a prática do voluntariado, realizando ações nas áreas vizinhas, como o Circuito Cultural do Mova, com apresentação de teatro e palestras educativas, campanhas de arrecadação de material escolar, no início do ano, e de brinquedos e alimentos, no Natal. Em 2007 foram atendidas cerca de cinco mil pessoas.

Ponto alto nas ações de cidadania na empresa é a campanha de doação voluntária de sangue por empregados, familiares, vizinhos e pessoas da comunidade. Em 2007 foi alcançado o recorde de 1.968 doações em quatro dias de coleta de sangue, com infra-estrutura montada e operada no ambulatório da fábrica pelo Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa). A campanha acontece em parceria com a Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S/A. Em nove anos de realização já foram coletadas 13.306 bolsas de sangue, em uma atividade única no país.

Um conjunto de escola com quatro salas para ensino fundamental (onde funciona, inclusive, uma escola para alfabetização de adultos e uma EIC), uma fábrica de farinha, prédio sede do centro comunitário, uma praça, campo de futebol e até o prédio sede do clube formam o Centro de Desenvolvimento Comunitário Murilo Pinto Ferreira, que integra o PAFAM. Atende prioritariamente as comunidades “Vai-Quem-Quer” e “Japiim”, mas apóia outras comunidades próximas, funcionando em parceria com entidades diversas, como Embrapa/ Amazônia Oriental e a prefeitura de Barcarena.

Sustentabilidade: o desafio a vencer.

Uma enorme floresta de 60.877 hectares já foi plantada. Até 2015, a meta é de mais de 200 mil hectares.

Além disso, a cada tonelada produzida, as siderúrgicas do Pólo de Marabá investem três dólares no Fundo Florestal de Garajás. É a garantia de que alcançaremos a sustentabilidade.



Fernando Ferreira

Presidente da Ecomar, do Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura e do Sinpesca. É vice-presidente da FIEPA.



PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA NO PARÁ

A atividade pesqueira no Pará tem boas perspectivas de crescimento, como um exemplo de agro-negócio com retorno importante para a economia brasileira. Produzimos 1,2 milhão de toneladas de pescado, geramos 1,2 milhão de empregos, sendo 75% no setor primário (captura e cultivo) e 25% secundário (beneficiamento, comércio e logística).

A receita para atingir o crescimento passa pela mudança no perfil do setor: mais indústria de transformação, mais emprego e receita a partir da mesma matriz de pescado. Transformar a pesca em indústria de alimentos, com maior valor agregado e menor impacto ambiental.

Entre as ações que irão fortalecer o setor está a institucionalização, pois a fragmentação das decisões sobre o setor cria insegurança jurídica e afasta os capitais. É fundamental a criação do Ministério da Pesca para concentrar as decisões sobre fomento, ordenamento, fiscalização e pesquisa. Esta será a alavanca para fazer do Brasil um dos maiores fornecedores mundiais de pescado até 2020, como prevê a FAO.

Já apresentamos essa reivindicação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reconheceu a necessidade de mais investimentos para a pesca. Hoje temos a SEAP/PR, mas a secretaria com status de ministério não consegue desempenhar seu papel com eficácia porque divide atribuições com outras instituições como o Ibama e Ministério da Agricultura.

A indústria precisa que o Ministério da Agricultura garanta melhorias na infra-estrutura dos laboratórios oficiais, os Lanagros, para certificar a qualidade sanitária do pescado junto aos mercados internacional e nacional.

O Governo Federal lançou o Programa Nacional de Controle de Resíduos (PNCR), mas não implementou os laboratórios nas condições adequadas. Mesmo com a liberação de recursos, no Pará, o Lanagro continua sem estrutura para fazer as análises necessárias no pescado exportado.

A novidade agora é o pedido para que as pró-

prias empresas façam a esterilização dos recipientes das amostras para análise, mas esta é uma atribuição legal do próprio poder público. É como pedir ao empresário que produza provas a favor ou contra si próprio.

O Pará possui um terço das indústrias exportadoras de pescado do Brasil. Mas ainda enfrenta dificuldades como a logística para as exportações. O número de companhias aéreas diminuiu e o preço do frete subiu, sem falar na desvalorização do dólar.

"A RECEITA PARA ATINGIR O CRESCIMENTO PASSA PELA MUDANÇA NO PERFIL DO SETOR"

No âmbito estadual, o setor pesqueiro tem benefícios como a substituição tributária, em que indústrias habilitadas a receberem incentivos fiscais têm uma redução de ICMS de até 98% nas operações interestaduais, e as empresas que não fazem parte desse programa também recebem uma redução do ICMS de 94%. Outro benefício é a isenção total do icms na aquisição de óleo diesel marítimo para as embarcações pesqueiras. Sem esses benefícios tributários e fiscais, seria impossível imaginar o desenvolvimento da pesca no estado e, conseqüentemente, nosso poder de competição em outros mercados desenvolvidos como o Mercosul, em que os produtos entram no Brasil com alíquota zero.

Outro aspecto positivo foi a criação da Secretaria da Pesca, que nos trouxe mais ânimo. Mas há gargalos que precisam ser trabalhados pelo Governo, como evitar a evasão de matéria-prima in natura do Pará para ser processado e beneficiado em outros estados. Além de não agregar valor a nossa produção, facilita a sonegação fiscal. O Sindicato das Indústrias de Pesca do Pará e Amapá- Sinpesca, já se propôs a trabalhar em conjunto com o poder público em busca do desenvolvimento que todos ansiamos. ■

Oswaldo de Freitas.

A escola modelo para o Brasil

Seguindo o Programa Educação para Nova Indústria, a escola do SESI Castanhal vem se destacando em provas nacionais.

Renan, Marcos, Natalia, Ana, Bruna, Alexandre, Ruth e Jaqueline. Estes são alguns dos alunos que estão ajudando a escola Oswaldo de Freitas, do Serviço Social da Indústria (SESI) de Castanhal a se tornar a escola “Modelo de Educação” no Brasil. O que faz a diferença na escola é o envolvimento dos professores e dos próprios alunos para o aprimoramento do ensino. “Nossos professores, quando percebem que os alunos estão com dificuldades de aprender alguma disciplina, montam uma grade de aulas de reforço para tirar dúvidas e maximizar o aprendizado”, explica Luciana Bastos, gerente do SESI de Castanhal.

A dedicação de docentes e discentes foi reconhecida nacionalmente. Os alunos do Ensino Fundamental da Escola Oswaldo de Freitas conquistaram o primeiro lugar em Português, com a nota 178,58 na Prova Brasil 2006, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), superando a média nacional de 174,14.

Em Matemática, a nota foi 180,93, maior que a média estadual de 168,68 e menor que a nacional, que foi de 181,10, garantindo o segundo lugar à unidade de Castanhal. Os resultados foram divulgados em janeiro deste ano e confirmaram a maior média de todas as escolas participantes.

Mais de cinco milhões de estudantes, em todo o país, fizeram a prova. Cerca de 70 alunos da 4ª série da escola do SESI Castanhal participaram do exame, que aplicou provas de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes de 4ª e 8ª séries. “O resultado é mérito também dos professores. Nossos profissionais estão sempre se aprimorando, têm a preocupação de estar acompanhando novas tendências do ensino e buscando capacitação cada vez mais”, afirma Lucimar Barros, diretoria da Escola Oswaldo de Freitas.



FOTOS/MARCELO LEIS





O que faz a diferença na Escola Oswaldo de Freitas, do SESI de Castanhal, é o envolvimento dos professores e dos próprios alunos para o aprimoramento do ensino. A escola vem se destacando em provas nacionais

A Prova Brasil foi implantada em 2005 pelo Governo Federal, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de avaliar o rendimento de escolas estaduais e municipais para melhorar a qualidade da educação no país. No ano passado foi realizada outra avaliação, entre os dias 5 e 20 de novembro e as questões foram elaboradas com base nas habilidades de leitura, interpretação e de raciocínio diante de problemas lógicos. Além das provas, os alunos responderam a questionários para opinar sobre os professores, o diretor e a própria escola. O resultado geral da Prova Brasil 2007 está previsto para junho de 2008.

A Escola Oswaldo de Freitas conta com a parceria da prefeitura do município de Castanhal. Atualmente, 14 professores fazem parte do quadro efetivo, sendo que 100% deles são graduados no ensino superior. “O importante é manter nossos profissionais sempre motivados, pois acreditamos no trabalho em equipe, com prazer. Além disso, temos em mente que trabalhamos com amigos e isso ajuda a fluir melhor as atividades do dia-a-dia”, esclarece Lucimar. ▶

A unidade do Sesi atende desde a Creche, passa pelo Ensino Fundamental e vai até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com mais de 500 alunos, entre filhos de trabalhadores da indústria e da comunidade. Para este ano, a escola se prepara para lançar o projeto “Escola em Tempo Integral”, que vai possibilitar que o aluno passe mais de oito horas dentro da escola. O projeto será implantado de forma experimental já a partir de março e vai atender, neste primeiro momento, apenas alunos da 4ª série.

Para a realização do projeto “Escola em Tempo Integral”, a unidade está passando por uma reforma completa, com a construção de um laboratório de informática e novas salas de recreação, equipadas com vídeo, televisão e brinquedos educativos. Tudo para dar mais dinamismo às aulas e facilitar o aprendizado de novas disciplinas como Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Inglês, que em breve entrará na grade curricular da escola.

Os pais de alunos comemoram o desempenho da escola. A secretária Lucidalva Cavalcante Guimarães é mãe de dois filhos, Anísio e Ruth Cavalcante Guimarães, de 12 e 9 anos, respectivamente. Ambos já estudaram na escola. Sua filha Ruth, a caçula da casa, foi uma das 73 crianças que participaram da Prova Brasil.

“O que mais me chamou atenção enquanto meus dois filhos estudaram na escola do Sesi Castanhal foi o cuidado e companheirismo das professoras e da direção. Sempre dispostos a ajudar, fizeram com que meus filhos melhorassem suas notas e o seu aprendizado”, afirma Lucidalva.

Para o pai de Ruth, Alcides Oliveira Guimarães, colaborador da indústria Mariza Alimentos, também de Castanhal, é uma pena seus filhos terem saído da escola. “Infelizmente, a escola Oswaldo de Freitas leciona até a 4ª série, e nossos filhos já passaram dessa etapa, se não eles ficariam até chegar à universidade”, completa Alcides.

Por falar em universidade, a estudante Ruth Cavalcante, amante dos animais, mesmo com apenas nove anos de idade, já sonha em cursar veterinária quando chegar a sua vez de prestar o vestibular. Para Ruth, a Prova Brasil não foi muito difícil, pois se considera uma aluna estudiosa. “Sempre gostei de estudar, seja em casa com a ajuda da minha mãe, ou com meus colegas na escola. Acho que por isso me saí bem na Prova Brasil, e vou fazer de tudo para continuar assim”, finaliza a estudante.

Segundo o superintendente regional José Olímpio Bastos, o Sesi está em sintonia com a importância que a educação vem conquistando aos olhos da sociedade e da indústria brasileira. “A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Por isso, a CNI elegeu a educação como pilar do Programa Educação para a Nova Indústria, porque só com investimentos na área, conseguiremos um desenvolvimento sustentável para o Estado e para o país”, explica.

O Programa vai investir mais de R\$ 170 milhões nas áreas de educação básica e profissional, capacitação dos professores, elevação da escolaridade dos trabalhadores da indústria, incorporação de novas tecnologias e modernização da infra-estrutura das escolas do Sesi e do SENAI, no Pará. Além disso, vai colaborar para melhoria do sistema



FOTOS: MARCELO LEIS





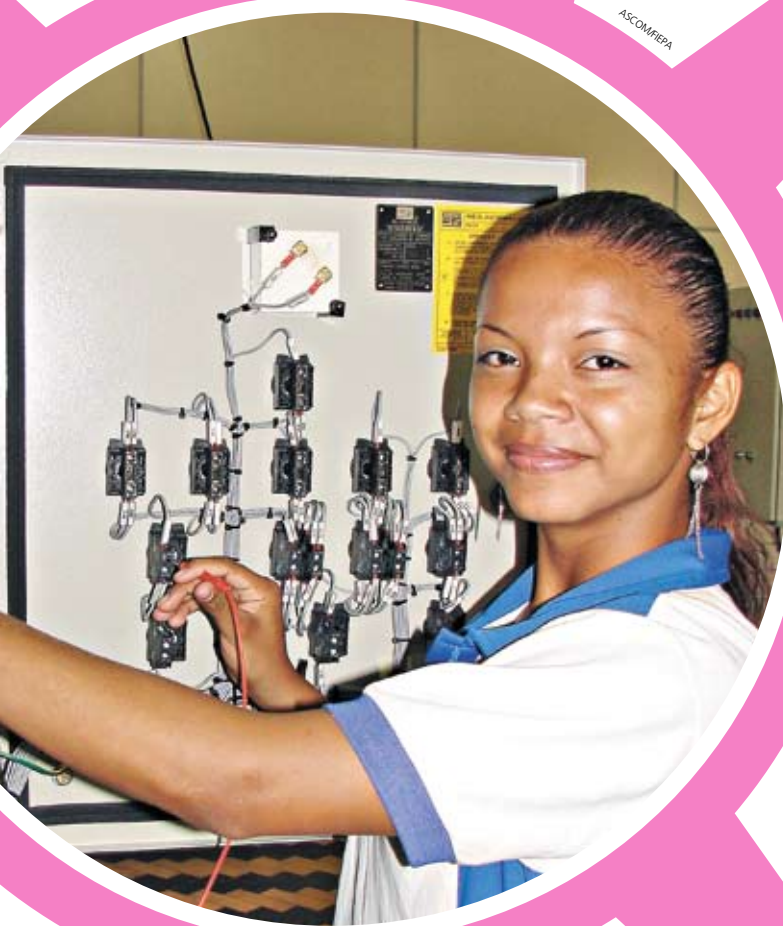
Ruth Guimarães, de 9 anos de idade, aluna do Oswaldo de Freitas, é uma das 73 crianças que participaram da Prova Brasil: "Sempre gostei de estudar, seja em casa com a ajuda de minha mãe, ou com meus colegas na escola"

educacional e também ajudar a impulsionar o crescimento econômico e social do país. Para isso, vai contar com os seus principais aliados, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), os principais propulsores para o desenvolvimento profissional na indústria brasileira.

O programa, que foi lançado nacionalmente pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, no ano passado, em Brasília, prevê investimentos de R\$ 10,5 bilhões até 2010, destinados ao Sistema Indústria de todo país.

“A educação é premissa básica da democracia e é um desafio para toda a sociedade, não somente dos governos. Por isso, o Sistema Indústria resolveu investir na educação básica e profissionalizante, como investimento futuro na indústria que tem como fundamental colaborador o potencial criativo humano”, afirma José Conrado Santos, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA. ■

Mulheres superam limites e conquistam espaço no mercado de trabalho



“Nas duas faces de Eva: a bela e a fera. Sexo frágil, não foge à luta. E nem só de cama vive a mulher... Gata borralheira, você é princesa. Dondoca é uma espécie em extinção....Por isso não provoque. É cor de rosa-choque”. Os versos são da canção de Rita Lee, “Cor de Rosa Choque”, sucesso no país na década de 1980. Na época, as mulheres já lutavam para quebrar tabus e acabar com o estigma de que só nasceram para cuidar de casa, marido e filhos. No século XXI, o “sexo frágil” mostrou que realmente não foge à luta. Hoje, as mulheres continuam buscando superar seus limites e conquistar lugares até então dominados pelos homens, principalmente no mercado de trabalho.

Em setores tipicamente masculinos, como mineração e construção civil, a delicadeza e docilidade femininas já conquistaram lugar ao sol. O exemplo disso é Maria Cristina Moreira, 39 anos. Funcionária da Vale, é gerente de planejamento da

• *Rosana da Costa Vale é a única mulher de sua turma no Cedam-Senai, em Belém, teve que escutar piadinhas de alguns colegas.*



MARCELO LEUS

• *Depois de dedicar boa parte de sua vida aos afazeres domésticos, Sueli Cavalcante um dia resolveu mudar de vida e procurou o Senai para fazer o curso de Mecânica. Ela teve que enfrentar inclusive as crises de ciúme do marido para ir às aulas.*

Mina de Carajás, a maior mina de minério ferro do mundo. Formada em engenharia de mina pela Universidade Federal de Minas Gerais, ingressou na área de mineração como estagiária na empresa Minerações Brasileiras Reunidas, em 1993. Atualmente, chega a coordenar o trabalho de mais de 50 homens na mina.

“Acho que conquistei o respeito deles e sou conciliadora. Tenho poder de argumentação e esse é meu diferencial. Estamos vivendo na era de inovações tecnológicas e a força bruta não é mais tão importante assim. O que interessa é seu potencial para a realização da tarefa”, enfatiza.

Mesmo trabalhando no setor mineral, onde as questões de segurança são essenciais, Maria Cristina não deixa a vaidade de lado. “Não podemos entrar na mina de salto alto, mas cabelo arrumado e baton são fundamentais. Mulher sem baton é como um quadro sem moldura”, filosofa.

Maria Cristina conta ainda que enfrentou dificuldades dentro da própria família para seguir a profissão. “A frase que mais escutei foi: isso não é para você. Mineração não é trabalho para mulher”. Hoje, ela comemora junto à família sua realização profissional. “Ser competente naquilo que você faz é fundamental. Quando uma mulher comete um erro isso pesa mais. Então, a mulher geralmente comete menos erros que os homens. Ela é mais dedicada. Ter qualificação e certeza da sua escolha é o melhor caminho para a realização profissional”, explica.

O diretor de Departamento de Ferrosos Norte da Vale, José Carlos Soares, confirma que as mulheres estão cada vez mais presentes na área de mineração e chegam a ocupar 20% das vagas na área administrada por ele. “Sem dúvida nenhuma lidar com as mulheres é bem mais fácil, mas elas estão conquistando seu espaço pela competência, dedicação e qualidade na atividade que desempenham. Na Vale, temos espaço para homens e mulheres, desde que sejam qualificados”, afirma.

E a presença das mulheres não pára por aí. Nos cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), elas também já ganham espaço nas salas de aula, principalmente em cursos como mecânica, eletricidade, construção civil, marcenaria e outros. Cássia Kelly Barroso Pereira, 22 anos, faz o curso de mecânica de motor a diesel, no Centro de Desenvolvimento da Amazônia (Cedam), em Belém. Única mulher da turma, ela conta que teve que escutar piadinhas dos colegas machistas em sala de aula. “Eles falavam que eu tinha que fazer curso de corte e costura, aprender a fazer café, ▶



SALVIANO MACHADO

• *Maria Cristina é gerente de Planejamento da Mina de Carajás, no sudeste paraense, e chega a coordenar o trabalho de mais de 50 homens. "Acho que conquistei o respeito deles e sou conciliadora"*

mas nem ligava. Vou me tornar uma profissional e vou conquistar um bom emprego nessa área. Não me importo de pegar no pesado”, explica.

Mesmo tendo que enfrentar o próprio marido, Sueli Silva Cavalcante, 37 anos, não desistiu de fazer o curso de mecânica do Cedam. Casada há 20 anos com um mecânico, ela dedicou sua vida aos afazeres domésticos, como cuidar da casa, da cozinha, do marido e dos filhos. “Um dia resolvi mudar de vida e procurei o Senai para fazer o curso de mecânica. Sempre tive aptidão e quis desenvolver meu potencial. Agora, quero concluir o curso e, quem sabe, ter minha oficina. Se Deus quiser”, conta. Ela chegou a enfrentar as crises de ciúmes do marido para poder ir às aulas. “Ele me viu cercada pelos meus colegas e não gostou. O que quero é me qualificar e ter uma oportunidade de mostrar competência. Quero ser avaliada pela minha capacidade e não porque sou mulher”, finaliza.

Rosana da Costa Vale, 17 anos, é uma das alunas do curso de Eletricista de Manutenção Industrial do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas. Ela costuma mexer na fiação elétrica com a maior naturalidade possível. “Adoro esse curso e não tenho medo de levar choque”, brinca. De acordo com o diretor de Gestão do Senai, Dário Lemos, a presença das mulheres em cursos dominados pelos homens vem aumentando ao longo dos últimos cinco anos.

“O que importa é você buscar qualificação para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. Você só é competitivo se tiver capacitação. Isso serve para homens e mulheres. No Senai não fazemos distinção, todos merecem ter uma oportunidade para mostrar seu valor”, afirma.

A qualificação reflete até em termos salariais. Segundo uma pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a busca pela capacitação feminina diminui as desigualdades de renda. Em dois setores a remuneração das mulheres supera a recebida pelos homens. No setor mineral, o rendimento médio das mulheres foi de R\$ 3.428,34, equivalente a 6,60% superior ao auferido pelos homens, que foi de R\$ 3.215,87. As mulheres que têm escolaridade acima de nível médio completo neste setor de atividade são 80,33% e os homens 51,43%. As mulheres que têm escolaridade até nível médio são 19,67% e os homens 80,33%.

Outro setor onde se observou tal comportamento foi a Construção Civil, cujo salário feminino foi de R\$ 1.020,56, contra R\$ 889,27 recebido pelos homens, ou seja um diferencial de 14,76% a favor das mulheres. As que têm escolaridade acima de nível médio completo são 63,62% e os homens 22,5%. As mulheres que têm escolaridade até nível médio são 36,38% e os homens 77,50%. Entretanto, em termos de número de postos, a participação das mulheres nesses setores é pouco significativa, situando-se em 9,68% na Extrativa Mineral e 7,11% na Construção Civil.

Em março o Dieese/Pa divulgou estudo revelando que, entre 2005 e 2006, o número de mulheres no Pará que são chefes de família teve um crescimento de 4,77%, passando de 603.225 para 631.971. Segundo o estudo, das 59 milhões de famílias no Brasil, cerca de 18,5 milhões (31,39%) eram chefiadas por mulheres. No Norte, de um total de 4,3 milhões de famílias, em torno de 1,4 milhão (32,4%) eram chefiadas por mulheres. E no Pará, de mais de 2 milhões de famílias, 632 mil (31,26%) eram chefiadas por mulheres. Diante dos números é possível constatar que “dondoca” é uma espécie em extinção. ■



CARGA TRIBUTÁRIA – O “MONSTRO” QUE NOS ACHACA

Para falar de tributação no Estado do Pará, indispensável, a priori, tecer algumas considerações sobre a carga tributária em nosso país. O termo, aliás, tem estado presente rotineiramente na mídia nacional. Parece que a sociedade civil acordou e, agora, vê mais claramente o “monstro” que nos achaca.

A carga tributária está diretamente ligada ao peso que a máquina estatal exerce sobre a economia. No Brasil, esse peso é absurdo. Além disso, o Estado, como um todo, custa caro, não planeja suas ações e, ainda, convive com altos níveis de corrupção. Esse cenário reduz o espaço e a capacidade de atuação das forças de mercado na economia globalizada, ao invés de fomentar, com competência, o desenvolvimento econômico e social.

A redução da carga tributária depende de uma vontade política, de uma compreensão de Estado com outro tamanho, permitindo espaço suficiente para que a iniciativa privada cumpra seu papel – é exatamente a gradação do tamanho do Estado que é debatida por importantes correntes da doutrina econômica. E é aí que mora o perigo.

A grande maioria dos gestores e políticos nacionais, em todas as esferas de Governo, seja Federal, Estadual ou Municipal, querem um Estado grande, pesado e caro, para que muito dinheiro transite pelo caixa inchado, a fim de que mais e mais “correligionários” – que se beneficiam e entendem o Estado da mesma forma, por conveniência – tenham seu “lugar ao sol”. Essa técnica, de inchar a máquina pública, já foi testada, dentre outros, por Stálin, na antiga União Soviética, e deu no que deu!

Verifica-se que a carga tributária no Brasil, como já se sabe, é uma das maiores do mundo, na órbita de 36% do PIB, perfazendo o dobro, em média, dos países emergentes, o que já leva alguns juristas, como Ives Gandra Martins, a defender a sua inconstitucionalidade por ofender ao princípio do não confisco, já que ultrapassou, e muito, a capacidade contributiva dos cidadãos.

No Estado do Pará não é diferente. Nossa alíquota de ICMS sobre “insumos básicos” é uma das mais altas do país, o que acaba por inviabilizar o desenvolvimento econômico regional. Sobre energia elétrica nossa taxa é de

25%, contra 12% em São Paulo e 17% do Acre. Oneramos combustíveis em 30%, enquanto no Paraná alíquota é 26%, no Ceará 25%, Rio Grande do Norte 25% e Roraima 20%; Quanto aos serviços de telecomunicações, nossa percentagem é de 30%, sendo 25% em São Paulo e Rio de Janeiro. Nossas multas penais também são custosas, que pelas infrações mais graves, montam em 210%, enquanto que no Estado de São Paulo e Santa Catarina alcançam, no máximo, 150%, e no Rio de Janeiro 120%, demonstrando seu caráter confiscatório e não razoável, já tendo o Superior Tribunal de Justiça limitado as multas penais em 100%, a partir da aplicação analógica do art. 412 do Código Civil.

Assim, além da necessária diminuição da carga tributária em nosso Estado, impõe-se uma política corajosa de fomento, com a concessão de benefícios fiscais, visando atrair investimentos e diminuir as desigualdades regionais, o que é um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, III, CF).

Em que pese o art. 5º, I da Lei Estadual nº 6.489/2002, que tratava sobre incentivos fiscais, ter sido julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, sob o argumento da necessidade de prévio convênio entre os entes da Federação para a concessão dos mesmos (ADI nº 3.246-1/PA), outras alternativas continuam vigentes, como a concessão de incentivos financeiros, disposta no art. 5º, II da mesma Lei Estadual, além da possibilidade de diferimento do adimplemento das obrigações tributárias.

Note-se que o art. 5º, II da referida Lei Estadual não foi alcançado pela ADI e a concessão de diferimento caracteriza mera técnica de arrecadação de tributo, não consistindo em benefício e/ou incentivo fiscal, logo, prescindindo de prévio convênio entre os entes da Federação, entendimento esse já manifestado pela Corte Constitucional. Portanto, são alternativas viáveis e juridicamente aceitas, tanto pela doutrina como pela jurisprudência.

Presente a possibilidade jurídica de implementar políticas de fomento pelo Estado do Pará, inclusive, com recente envio de Projeto de Lei à Assembléia, contamos com sua implementação eficaz. ■

Focalizando o



• Em 1996, a refinaria de alumina da Alunorte em Barcarena aparece com a sua estrutura inicial

Fotógrafo paraense reúne material de mais de 20 anos de trabalho e prepara exposição sobre a Amazônia. Produção industrial do Estado terá destaque na mostra.

Os passos começam rápidos, subindo de forma acelerada as escadarias em torno de uma das gigantescas torres de armazenamento de alumina. Aos poucos, o termo 'gigantesco' prova sua veracidade. A subida fica lenta e cansativa, ainda mais quando se carrega quilos de equipamentos, além da mobilidade ficar prejudicada com capacete, máscaras e outros equipamentos de proteção individual, de uso obrigatório no interior da empresa. A subida acaba quando já se atinge uma altura equivalente a de um prédio de oito andares. Lá em cima, o suor escorre pela testa, apesar do vento frio comum de cinco horas da manhã. O exercício vale à pena quando Paulo Santos vê a imagem que desejava: uma panorâmica do parque industrial da Alunorte, empresa de transformação de bauxita em alu-

• *A luz e o momento certo fazem o cotidiano na indústria virar arte. "O cuidado com a imagem deve ser ampliado, para registrar exatamente aquilo que se espera", observa Paulo Santos*



desenvolvimento



• *Dez anos depois, Paulo Santos voltou ao mesmo local para registrar o parque industrial ampliado*

mina localizada em Barcarena, no Pará. A imagem mostra uma fábrica já grande, com duas chaminés, alguns galpões e muitos espaços ainda vazios.

Dez anos depois, em 2006, o fotógrafo refaz o exercício para registrar uma nova imagem. A cena é outra. O lugar, o mesmo. O parque industrial cresceu e expandiu para além do que a vista e a lente da câmera pode capturar. Satisfeito, Paulo Santos abre um sorriso para Luís Tarcísio, engenheiro da empresa que o acompanhou nas duas vezes na subida. O resultado das duas imagens podem ser vistas ilustrando esta matéria, comprovando o crescimento da empresa, os números de evolução da produção e funcionários envolvidos em apenas duas fotos.

Trabalhando com fotografia em indústrias do Pará desde meados da década de 1980, Paulo Santos se ‘es-

pecializou’ na tradução de estatísticas em imagens. “A gente percebe a mudança, o crescimento. Esse trabalho provou seu valor, pois a gente registrou desde a implantação da fábrica até as atuais expansões. Isso é memória, é uma história que se complementa com a própria história do município e das pessoas que vivem em Barcarena”, aponta Paulo Santos.

As duas fotos, feitas do mesmo local, é apenas uma fração do acervo de cerca de 600 mil imagens da Amazônia de Paulo Santos. Parte significativa delas mostra o desenvolvimento da indústria paraense, em projetos como o Jari, Sossego e empresas de navegação e mineração, como Vale, Alunorte, Albras, MRN (Mineração Rio do Norte), Pará Pigmentos, entre outras. “Comecei com uns trabalhos para comunicação interna e informativos. De- ▶



• *Na Albras, alumínio “vira ouro”. “A iluminação da noite era diferente no pátio onde ficam armazenados os lingotes de alumínio, deixando todos refletindo aquela luz”*

FOTOGRAFIA

pois, esse material passou a ser de publicidade e fomos avançando”, relembra Santos.

Nos últimos nove meses, o fotógrafo teve que por várias vezes deixar a câmera encostada no armário baixo dentro do escritório e passar horas e horas revendo todas essas imagens. Muitas foram escolhidas na primeira seleção das fotos que vão compor uma exposição do fotógrafo, prevista para este ano de 2008.



• *A sensibilidade do profissional: indústria vai além das máquinas*

A idéia é trabalhar com os contrastes da Amazônia e um dos temas será o desenvolvimento da região, através dos grandes projetos instalados no Estado e a produção industrial, que transforma riqueza natural em produtos, renda e empregos na região. “Comecei a me apaixonar por isso ao constatar que esse pessoal chega no meio do nada e começam a montar as fábricas. É um esforço de logística e engenharia enorme e envolve pessoas extremamente competentes. São construções gigantescas, modernas, que fascinam”, avalia Santos.

A exposição reunirá os temas ‘o homem e o meio’, ‘conflitos amazônicos’ e ‘indústrias de transformação’. “Ainda não defini exatamente o nome da exposição, mas a idéia é mostrar diferentes visões da nossa região. O projeto contempla ainda um livro e um cd e temos a idéia de levar a exposição para outros Estados e fora do país também”, explica o fotógrafo.

A exposição terá a curadoria de Marisa Mokarzel, que presta consultoria para programas de artes. O projeto da mostra é um dos resultados de um risco que o fotógrafo resolveu assumir. Em 1986 deixou as redações de jornais para ingressar no famoso ‘frila’, o profissional freelancer, que vende materiais para diferentes clientes e não possui um contrato fixo ou emprego de carteira assinada. “Comecei com alguns frilas para empresas, depois com revistas e jornais nacionais. Então, o Oswaldo Mendes me incentivou a entrar no mundo da fotografia publicitária. Esse foi um empurrão que me fez conhecer mais as empresas e o setor produtivo do Pará, além da bagagem de redação que eu tinha por conhecimento próprio mesmo”, afirma. O investimento pessoal deu certo e, além das empresas, Paulo tem hoje um contrato com a agência internacional de notícias Reuters.

Para fotografar uma empresa, Paulo Santos garante que o cuidado com a imagem deve ser ampliado, para registrar justamente aquilo que se espera. Muitas vezes, ele acabou passando mais de uma semana circulando pela fábrica, em diferentes horários. “Essas indústrias não param, funcionam 24 horas. E você tem que aliar a estética com a informação. Por isso, muitas vezes o que você quer, a luz que deseja, só vai ter umas quatro ou cinco da manhã”, revela Santos.

Um exemplo clássico é de uma imagem que ficou famosa na Albras, também em Barcarena. “Eu tinha que fotografar algo da empresa para divulgar cinco prêmios Ouro, que a ela tinha recebido recentemente. Passei uns quatro dias e ainda não tinha o que queria. Até que numa madrugada enxerguei a foto. A iluminação da noite era diferente no pátio onde ficam armazenados os lingotes de alumínio, deixando todos refletindo aquela luz, ficando dourados. Pronto. Era a foto”, lembra Paulo Santos. Para ele, a exposição pode também ajudar a despertar maior interesse no registro da memória das empresas. “Uma foto simples que é feita hoje, se guardada, pode ter um valor inestimável daqui há dez, vinte anos. O importante é ter essa preocupação. A Vale, por exemplo, não teria lançado um livro lindo com imagens da história da empresa se no início não tivessem guardado aquelas fotos de minério sendo carregado em carroças”, avalia. ■





INDÚSTRIA EM FOCO

Operário na Usipar, no município de Barcarena, 2008. Imagem do fotógrafo Marcelo Lélis, que já passou pelos principais jornais do Pará e hoje atua como free-lancer para diversas publicações e empresas. Parte das fotos que ilustram a PARÁ INDUSTRIAL é do fotógrafo, que integra a equipe desde a primeira edição da revista da FIEPA.

NOSSA ESPECIALIDADE É CONSTRUIR PONTES.

O IEL é a parte do Sistema Fiepa dedicada a unir as pontas da produção industrial e da produção intelectual. Os avanços tecnológicos testados na academia são transpostos para a linha de produção, fazendo com que a indústria avance e a ciência tenha aplicação prática. Isso é feito por meio de intercâmbio com a universidade e de cursos e treinamentos específicos ministrados aos empresários e trabalhadores do setor. Quando conhecimento e desenvolvimento andam juntos, o lucro é de todos.

